



Noção e objecto da Economia Política

Autor(es): Nunes, António José Avelãs

Publicado por: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/26007>

Accessed : 19-Dec-2018 21:52:43

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE DIREITO

BOLETIM DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS

VOLUME XXXVII
1 9 9 4



COIMBRA

Noção e objecto da Economia Política(★)

1. – Enunciado da problemática. 1.1. – *Economia Política* (Political Economy) ou *Economia* (Economics)?; 1.2. – *Há uma definição para a ciência económica?*; 1.3. – *A ciência económica surgiu com o capitalismo?*; 1.4. – *A ciência económica surgiu como “ciência da burguesia”*. 2. – As duas perspectivas fundamentais da ciência económica. 2.1. – *A perspectiva clássica-marxista* (Fisiocratas – Smith – Ricardo – Marx); 2.1.1. – Os fisiocratas; 2.1.2. – Adam Smith; 2.1.3. – David Ricardo; 2.1.4. – Karl Marx; 2.2. – *A perspectiva subjectivista-marginalista*; 2.2.1. – Jean-Baptiste Say; 2.2.2. – McCulloch e Nassau Senior; 2.2.3. – *A “revolução marginalista”*; 2.2.4. – *A síntese de Lionel Robbins*. 3. – Reflexão crítica. 3.1. – *O âmbito da ciência económica*; 3.2. – *As limitações da ciência económica baseada na análise do comportamento do homo oeconomicus*; 3.3. – *A Economia marginalista é incapaz de compreender o capitalismo*; 3.4. – *É possível uma pura “ciência dos meios”?*; 3.5. – *A Economia é uma ciência?*. 4. – Em jeito de síntese.

(★) Publica-se aqui o texto que serviu de base à lição proferida pelo autor, na Sala Grande dos Actos da Universidade de Coimbra, no âmbito das provas públicas que prestou com vista à obtenção da Agregação em Ciências Económicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (15-12-1994).

(Página deixada propositadamente em branco)

1. — Enunciado da problemática

1.1. — *Economia Política* (Political Economy) ou *Economia* (Economics)?

A nossa disciplina surgiu como *Economia Política*. Mas a partir de 1890 (1ª ed. dos *Principles of Economics*, de Alfred Marshall) generalizou-se a designação *Economics*.

Com o êxito da “revolução marginalista”, a opção pela designação *Economics* revela a preocupação de apresentar a disciplina como uma *teoria pura*, como uma *ciência teórica pura*, à semelhança da Matemática (*Mathematics*) ou da Física (*Physics*) e, por parte de alguns autores, o propósito de pôr em relevo que o que interessa é o indivíduo e não os grupos, a sociedade ou o estado. Não terá mesmo faltado quem tenha pretendido reservar a designação *Economia* para a ‘economia científica’ (ou economia positiva) e a expressão *Economia Política* para a ‘economia ideológica’ (ou economia normativa).

No mundo de língua inglesa, por meados da década de 50, a designação *Political Economy* só muito raramente era utilizada, o que terá levado John Hicks a defender que *Political Economy* é tão só “the older name of Economics”. Esta situação começou a mudar a partir do início da década de 80. E nos países francófonos manteve-se a designação tradicional de *Economia Política*.

Creio que não têm razão os que atribuem à expressão *Economia Política* conotações ideológicas ou implicações metodológicas, que anulariam a natureza científica da sua abordagem dos problemas económicos. Não vejo fundamento para se apontar a *Economia* como científica e a *Economia Política* como não-científica, ou vice-versa.

De todo o modo, penso que à designação *Economia Política* se liga, em regra, uma nota metodológica específica dentro da abordagem científica dos problemas económicos.

A *Economia Política* não representa um *paradigma autónomo*, e talvez devamos admitir que não há uma *economia política homogénea*, mas *várias economias políticas*. Colocando-se numa perspectiva interdisciplinar, a *Economia Política* abre o caminho a diferentes ponderações acerca da importância dos elementos não-económicos e a diferentes combinações destes elementos.

Mas a *Economia Política* apresenta actualmente, como traço comum, uma atitude crítica perante a *mainstream economics*, especialmente no que toca à sua pretensão de ser uma ‘ciência pura’, aos seus postulados individualistas, à sua defesa do equilíbrio e da harmonia, à sua recusa em considerar a perspectiva histórica e os factores dinâmicos.

Creio poder dizer-se também que, embora se perfilhem ‘leituras’ da realidade ou propostas de política *progressistas* ou *conservadoras* tanto por parte dos que se colocam na óptica da *Economics* como por parte dos que adoptam a perspectiva da *Economia Política*, a *Economics* veicula, em regra, a aceitação *conservadora* do *status quo*, enquanto que a *Economia Política* se coloca, em regra, numa perspectiva de *transformação* da sociedade (para alguns de natureza revolucionária).

Deixando de lado outros aspectos, sublinharei que os que integram o “clube dos economistas políticos” (Kurt Rothschild) defendem também que a *teoria económica* se confunde com a *histoire raisonnée* de que fala Schumpeter a propósito da teoria económica de Marx. Segundo esta perspectiva, “o objecto da ciência económica é essencialmente um processo histórico continuado” (Schumpeter), porque a nossa disciplina só pode aspirar ao estatuto de ciência “interpretando a história, incluindo o presente na história” (Joan Robinson), tendo sempre presente que “as ideias económicas são, sempre e intimamente, um produto do seu

próprio tempo e lugar, e não podem ser tidas como coisas distintas do mundo que interpretam" (J. K. Galbraith).

1.2.— *Há uma definição para a ciência económica?*

Não é fácil *definir* a ciência económica, por mais estranha que esta afirmação possa parecer. Apetece dizer, com Alfred Marshall, que "todas as afirmações breves sobre Economia são falsas (excepto esta, talvez)."

Há cerca de um século, foi exactamente Alfred Marshall quem definiu a ciência económica como "o estudo da humanidade nos assuntos correntes da vida" ("the study of mankind in the ordinary business of life"). Poderíamos deixar esta definição, que parece de bom senso, e passar à frente, embora com a consciência de, com ela, pouco adiantarmos acerca do objecto da nossa disciplina.

Mas, hoje, teríamos de assumir igualmente que a definição de Marshall é inconsistente com o 'conceito vazio' apresentado por Jacob Viner ao definir a ciência económica através da mera *descrição* agnóstica dela como "aquilo que os economistas fazem". É que hoje não falta quem defenda que, graças ao desenvolvimento da ciência económica e graças a uma certa *crise* que a atravessa, a maioria dos economistas faz coisas que pouco têm a ver com as preocupações correntes das pessoas de carne e osso. Talvez estejamos longe, e talvez estejamos mesmo a afastar-nos, afinal, da concretização do maior desejo de Marshall, manifestado em 1885 na lição inaugural da sua cátedra de Cambridge: o de enviar os seus estudantes para a vida "com cabeças frias mas com corações quentes", "com capacidade para atenuarem os sofrimentos sociais que os rodeiam."

Em regra, os manuais limitam-se a dar a noção de ciência económica que o seu autor considera mais correcta.

Não adoptarei aqui esta solução, por considerar preferível — desde logo no plano pedagógico — *problematizar* a questão, enunciando e mostrando o significado das principais perspectivas analíticas em confronto, estimulando os alunos a participar num debate sempre aberto, sem fornecer receitas nem impor catecismos, embora sem esconder que *esta problematização* não pode deixar de reflectir as minhas próprias ideias.

Partilho, a este propósito, o ponto de vista dos autores (Paul Sweezy, Joan Robinson, John Hicks, Claudio Napoleoni, entre outros) que defendem perfilar-se actualmente duas grandes correntes (ou paradigmas) acerca da ciência económica. Por um lado, a *perspectiva clássica-marxista*, que se inicia com os fisiocratas, passa por Smith e Ricardo e vem desembocar em Marx, tendo sido modernamente renovada por Piero Sraffa. Por outro lado, a *perspectiva subjectivista-marginalista*, que vem de Say e de Senior, que se afirmou com a chamada 'revolução marginalista', levada a cabo por Jevons, Menger e Walras, e que hoje se apresenta como a *perspectiva académica dominante*, a *mainstream economics*, que tem no já clássico ensaio de Lionel Robbins sobre *a natureza e o significado da ciência económica* — 1ª ed., 1932 — a sua síntese mais elaborada e representativa. Estas são as duas perspectivas (os dois paradigmas) de que se ocupou na sua dissertação de doutoramento o Doutor Aníbal Almeida.

1.3.— *A ciência económica surgiu com o capitalismo*

Vale a pena analisar, muito rapidamente, o contexto histórico (económico, social, cultural, ideológico) em que surgiu a actividade científica no domínio de que nos ocupamos e quais os caminhos da sua evolução, como *produto social*, até aos dias de hoje.

Começarei por dizer que a ciência económica nasce, verdadeiramente, no século XVIII, com o advento do

capitalismo como sistema produtivo (como modo de produção autónomo, se quisermos utilizar a linguagem de Marx), durante o período em que a sociedade capitalista nascente se contrapunha à velha sociedade feudal, fazendo caminho à custa da transformação e da destruição desta.

Dir-se-á que antes desta época — muito antes mesmo — vários autores, desde Aristóteles aos mercantilistas, formularam proposições e escreveram livros sobre temas de economia. É verdade. Mas a verdade também é que essas proposições se integravam em discursos diferentes, relativos à moral, à política ou ao direito, muito longe de configurarem uma ciência económica autónoma relativamente a essas outras disciplinas. Não se aceitava na prática nem se concebia no plano teórico que os processos económicos pudessem gerar os seus próprios imperativos, originar as suas próprias leis ou proporcionar as bases de uma disciplina intelectual autónoma. Antes do século XVIII, a esfera da actividade económica não era considerada autónoma: a economia era vista como um simples meio ao serviço da realização de valores ou fins de ordem moral ou religiosa, ou — no caso dos mercantilistas — um meio de construir, de manter e de aumentar o poder político do soberano e do estado.

Tanto na esfera da produção como na esfera do consumo, tudo é decidido segundo critérios de *poder* (de poder político, que se confunde com o poder económico). Nas formações sociais pré-capitalistas, a produção está em absoluto subordinada ao consumo, mas o consumo não é um fim em si mesmo, não passando — como observa Claudio Napoleoni — de simples condição material para o desenvolvimento das actividades (a cultura, a guerra, etc.) que então se admitia corresponderem à ‘dignidade’ do homem. O consumo encontra a sua ‘justificação’ fora do processo económico, não constituindo, por isso, um elemento integrante do processo de produção.

Mesmo as relações de troca (monetária ou não) que

tinham por objecto uma parte do excedente apropriado pelos senhores diziam respeito apenas à esfera da circulação, completamente desligadas da esfera da produção (e dos custos de produção). Só com o advento do capitalismo as relações de troca reflectem as relações de produção e são determinadas por elas (as mercadorias trocam-se no mercado umas pelas outras tendo em conta os seus custos reais de produção). Foi isto o que compreendeu, desde logo, Adam Smith, que fez da Economia Política, essencialmente, uma teoria da produção.

Esta situação alterou-se profundamente com as revoluções burguesas, que vieram pôr termo ao estatuto de servidão, proclamando que todos os indivíduos (incluindo os trabalhadores) são *seres livres, sujeitos de direitos e de deveres*.

Os trabalhadores passam a poder dispor livremente da sua *força de trabalho* (que então surge como *mercadoria autónoma*), substituindo-se o trabalho servil pelo trabalho assalariado, ao mesmo tempo que a propriedade feudal (propriedade imperfeita) é substituída pela propriedade capitalista (absoluta e exclusiva). O capitalista adquire os meios de produção (incluindo a força de trabalho) e desencadeia o processo produtivo com o objectivo de transformar o excedente em meios de produção adicionais e estes em maior quantidade de bens produzidos, destinados à venda no mercado com fins lucrativos. A Revolução Industrial trouxe consigo a afirmação do processo colectivo de produção, a divisão interna do trabalho, o aumento da produtividade, a multiplicação da produção efectiva de bens, assim como a consciência disto mesmo.

O processo económico ganha então a sua autonomia não apenas em relação ao discurso metafísico, teológico ou ético, mas também relativamente ao discurso político e à lógica do poder político. A ciência económica ocupa-se agora da *sociedade económica* (ou *sociedade civil*) concebida como um sistema, como um conjunto de relações sociais reguladas por

leis próprias (*leis naturais*, independentes da vontade dos governos, que podem ser descobertas pela investigação).

Mas o advento da nova era burguesa não ficou marcado apenas por transformações económicas e sociais. A 'revolução' fez-se sentir também na filosofia, na ciência e no mundo das ideias em geral, percorrendo um caminho que se inicia com o Renascimento e com as viagens oceânicas de portugueses e espanhóis, as quais conduziram o homem europeu à descoberta de novos mundos, de novas gentes e de novos produtos, à observação da natureza e à experimentação, à capacidade de aprender sistematicamente com o que se 'vê claramente visto', sem os velhos *tabus* escolásticos.

A *revolução burguesa* é também a *revolução racionalista*, intimamente associada à *revolução científica* e ao método científico moderno introduzido por Bacon e por Descartes. Os filósofos do séc. XVIII abandonaram a concepção religiosa do mundo, da vida e das relações sociais, substituindo-a pelo conceito de *ordem natural* e proclamando um mundo de harmonia e de justiça (*lei natural*=*lei moral*) governado por *leis naturais*, tão rigorosas como as da Física.

É neste ambiente que nasce a Economia Política, apostada em aplicar ao estudo das relações entre os homens (considerados como elemento da "ordem natural") o método científico do racionalismo. Como escreveu Maurice Dobb, a Economia Política clássica "exerceu uma influência revolucionária sobre os conceitos e a prática tradicionais", formulando o "conceito de sociedade económica como um sistema determinista, i.é, como um sistema regido por leis próprias, de acordo com as quais poderiam fazer-se os cálculos e predições dos acontecimentos", e mostrando pela primeira vez que "nas questões humanas existia um determinismo comparável ao determinismo das leis naturais".

Entendendo-se que o sistema capitalista de produção partilhava da 'racionalidade' inerente à ordem natural, o

objecto da ciência económica passa a ser o de descobrir as *leis naturais* que regulam o processo de produção e de distribuição do produto social.

O conceito de *ordem natural* ergueu-se contra o *ancien régime*, autoritário, discriminatório, regulamentador. Ao autoritário direito divino opunha-se o *direito natural* libertador dos indivíduos, reconhecendo a cada um o direito de prosseguir o seu próprio interesse. Desta forma, a *ordem económica*, funcionando por si própria, seria regida por uma lei natural que asseguraria os melhores resultados para a comunidade.

Contra a orientação mercantilista — que considerava o ‘governo da economia’ pelo estado, através da regulamentação minuciosa e da intervenção permanente e generalizada, indispensável para livrar do caos o ‘sistema comercial’ —, os fisiocratas, para além de defenderem o princípio do *laissez-faire, laissez-passer*, vêm proclamar a existência de uma “ordem natural” (“a mais vantajosa para os homens reunidos em sociedade”), governada por “leis soberanas”, “estabelecidas para todo o sempre pelo Autor da Natureza”, leis que são *leis físicas*, num mundo em que “a ordem moral é traçada pela ordem física”, em que “as leis morais não são mais do que injunções à nossa liberdade no sentido de obedecer às leis físicas”. A lei física e a lei moral confundem-se em favor da primeira na unidade da lei natural. A moral não pode ter outro sentido que não seja o de mero instrumento de realização física da ordem que resulta da lei natural.

A *filosofia moral* implícita nos trabalhos dos economistas clássicos (a *filosofia da liberdade natural* ou *filosofia da lei natural*) e o seu apelo aos conceitos sobre a *natureza humana* serviram, consciente ou inconscientemente, o objectivo de encontrar uma *justificação moral* para o capitalismo nascente.

Os *conceitos normativos* da teoria económica clássica entroncam na tradição da lei natural dos séculos XVII e

XVIII, período em que a *natureza* e a *razão* substituíram Deus como fundamento da ordem social. A ideia da *lei natural* —já presente nos fisiocratas—, com raízes na teologia cristã, constitui uma simbiose entre *princípios normativos* (que vinham da jurisprudência romana e da teologia medieval, com a sua ideia de uma *ordem justa*, uma *ordem de justiça*) e *princípios científicos* (as ‘leis naturais’ partilham de um certo *cientismo* mais ou menos *determinista* então em voga).

Enquadrada pelos pressupostos da filosofia da lei natural, a Economia Política clássica extraiu os seus princípios da *natureza* e da *razão*, trazendo implícita a conclusão de que tais princípios conduziram a uma *ordem social justa*.

A Economia Política propõe-se, segundo Adam Smith, “enriquecer tanto os indivíduos como o soberano”. Mas este desejo de enriquecer surge ao arrepio dos valores que dominaram a civilização cristã europeia anterior à Reforma e que se mantiveram até à consolidação da nova civilização burguesa e capitalista. Para que os novos valores se impusessem contra a moral tradicional era necessário encontrar para eles uma *justificação moral*. A filosofia da lei natural que informou a Economia Política smithiana deu a resposta a esta necessidade, ao ligar o desejo de enriquecer a *princípios universais* decorrentes da *natureza humana* e da *razão humana*. A *natureza* e a *razão* legitimavam uma prática que a *teologia* condenava. E esta forma de *justificação moral* casava-se perfeitamente com o ambiente cultural do tempo.

1.4.— *A ciência económica surgiu como “ciência da burguesia”*

Parece claro que a Economia Política nasceu perfeitamente enquadrada na nova ideologia burguesa. A filosofia social presente em *A Riqueza das Nações* assenta na defesa do individualismo, na confiança no “sistema de liberdade natural”, na afirmação de uma *antropologia optimista* (ultrapassando

o pessimismo hobbesiano do *homo homini lupus*), que servia integralmente o objectivo ideológico fundamental da nova classe burguesa: a afirmação de que os seus interesses são objectivamente coincidentes com os da sociedade como um todo (desde que o estado não intervenha e a economia funcione de acordo com as suas leis imaneses).

Não será, por isso, descabido que aqui se acolha a tese — sustentada por Marx e pelos autores marxistas — segundo a qual a Economia Política clássica surgiu e desenvolveu-se como “ciência da burguesia”, num período em que a burguesia ascendente, em luta para ocupar a posição de classe dominante, na economia, na sociedade e no estado, era a classe em condições de (e interessada em) analisar objectivamente a sociedade e os mecanismos da economia.

2. — As duas perspectivas fundamentais da ciência económica

2.1. — A perspectiva clássica-marxista (*Fisiocratas — Smith — Ricardo — Marx*)

À luz desta perspectiva, a ciência económica tem no conceito de *excedente social* o seu núcleo essencial e é construída a partir dele e à volta dele.

Desde os fisiocratas que a ciência económica se interroga acerca da origem da *riqueza* e da natureza do *excedente* e procura explicar como é que ele se distribui entre as várias *classes sociais*, em sociedades caracterizadas pelo *conflito social*. E creio que, desde os fisiocratas, ficou clara a ideia — que surge em Adam Smith, em Ricardo e em Marx — segundo a qual as leis (ou os princípios) que regulam a distribuição do excedente estão intimamente ligadas às regras (ou princípios) que enquadram o *processo social de produção* (ou, na terminologia de Marx, estão intimamente ligadas à natureza das *relações sociais de produção*).

2.1.1. — Os fisiocratas

O *Tableau Économique* elaborado por François Quesnay é a primeira tentativa de construir um *modelo* quantificado que representa os mecanismos da vida económica com base na ideia de *círculo económico*, de *interdependência* entre as várias actividades económicas (dependência intersectorial). Nele analisa-se o processo de produção/distribuição dos bens e dos rendimentos no quadro do *sistema económico tomado como um todo*, através da teia de relações de troca *entre as classes sociais* (que surgem no *Tableau* como os verdadeiros sujeitos das relações económicas).

Os próprios fisiocratas tiveram consciência de ter sido Quesnay o “inventor da ciência económica” (Dupont de Nemours). Mas foi Marx o primeiro grande economista a considerar os fisiocratas como os “verdadeiros fundadores da ciência económica”.

Entre outros contributos, os fisiocratas introduziram o conceito de *trabalho produtivo*, que definiram como aquele que é capaz de produzir um *excedente* ou *produto líquido*. Este conceito de *produto líquido* (que constituirá uma categoria económica importante nas obras dos clássicos ingleses e de Marx) surge nos fisiocratas identificado não com o *trabalho abstracto*, mas com uma espécie de *trabalho concreto*. Só o trabalho agrícola é produtivo porque só ele pode aproveitar os frutos da *fertilidade natural da terra*, que é um *dom da natureza*, uma *dádiva do Autor de todas as coisas*. Em última instância, “Dieu seul est producteur”, concepção que reflecte ainda a permanência de uma mentalidade pré-científica (que espreita também no apelo de Adam Smith à ‘magia’ da *mão invisível*). Deve salientar-se, no entanto, que embora considerem que “as terras são a única origem da riqueza”, os fisiocratas não deixam de pôr em relevo que é o *cultivo da terra pelos homens* que permite multiplicar as subsistências e multiplicar a espécie. Os agricultores são considerados como “os primeiros fundadores das sociedades civis”. Quer dizer: *a actividade produtiva surge como o fundamento da sociedade civil*.

O conceito de *excedente* é outro conceito basilar da teoria fisiocrática. Para eles o excedente (= *produit net*) é aquela parte da riqueza produzida que excede a riqueza 'consumida' no decurso do processo produtivo, ou, dito de outra forma, é a parte da produção social que fica depois de se reconstituírem as condições de reprodução da actividade produtiva, quer os *meios de produção* quer os *meios de subsistência* daqueles que se empregam em actividades produtivas.

Aos fisiocratas cabe o mérito de localizar a origem do excedente no *processo produtivo* e não na esfera da circulação, enterrando definitivamente a crença — tão marcada nos textos dos mercantilistas — de que a riqueza resulta do comércio. E cabe-lhes também o mérito de explicar como é que, através da circulação do excedente, se realizam as condições que asseguram a reprodução permanente do processo produtivo, numa situação de equilíbrio económico e social.

A leitura do *Tableau* mostra que a origem do produto líquido é encontrada sem sair da esfera da produção, e as relações de distribuição aparecem claramente influenciados pelas condições sociais em que decorre a actividade produtiva, nomeadamente pela estrutura de classes da sociedade. No modelo do *Tableau*, a classe dos proprietários apropria-se do excedente pelo facto de ser a proprietária da terra, daí derivando o seu direito à renda e não de qualquer contribuição sua para o processo produtivo e, nomeadamente, para a criação do produto líquido (Quesnay não reconhece qualquer produtividade ao capital que pudesse fundamentar o direito à renda).

Disse há pouco que, para os fisiocratas, só na agricultura é possível gerar-se um *excedente*. Partindo do princípio de que a produção industrial não acrescenta quaisquer bens novos aos bens gastos no processo produtivo, a indústria é considerada uma actividade *não-produtiva*, limitando-se a transformar os bens utilizados na produção, sem aumentar a quantidade deles. Nestes termos, os fisiocratas não reco-

nheceram a existência de um excedente na indústria, o que os impediu de se aperceberem do *lucro industrial* como uma das formas possíveis do excedente social. Talvez esta 'leitura' da realidade não se afastasse muito do panorama da França rural de meados do séc. XVIII, mas tal limitação impediu os fisiocratas de compreenderem e de enquadrarem teoricamente a ordem capitalista então emergente.

De todo o modo, os especialistas põem em relevo o facto de a preocupação central dos fisiocratas ser o *crescimento económico*. E Gunnar Myrdal sublinha que, como verdadeiros representantes do seu tempo, eles estavam interessados, acima de tudo, em *transformar o mundo*. É um ponto de vista que poderá levar-nos a admitir que Quesnay tenha pressentido as limitações do seu modelo, assim se explicando que todas as grandezas (*inputs*, *outputs*, produto líquido) venham expressas no *Tableau* em termos de valor monetário. Tal poderá significar o reconhecimento — ao menos implícito — de que *inputs* e *outputs* só podem comparar-se em termos de valor. "Não é por acaso — escreve Napoleoni — que no *Tableau* o produto líquido é considerado em termos de valor. Deste modo ficava expressa a necessidade de uma *teoria do valor*, isto é, de uma teoria orientada para explicar a formação do valor de troca das mercadorias."

2.1.2. — Adam Smith

Tentar responder a esta necessidade foi o objectivo fundamental dos clássicos ingleses (Adam Smith e David Ricardo) e de Karl Marx, ao elaborarem a *teoria do valor-trabalho*.

Adam Smith faz assentar a sua análise na *teoria do valor-trabalho*, o que lhe permite explicar o *lucro* (não só o lucro auferido pelos *rendeiros capitalistas*, mas também o *lucro industrial*), ultrapassando assim a limitação fundamental da construção fisiocrática. A economia inglesa em vias de industrialização reflecte-se, assim, na obra teórica de Smith:

o capital e o lucro não se confinam agora à agricultura; é na indústria nascente que o capital encontra o seu mais amplo e dinâmico campo de aplicação.

A elaboração da teoria do valor-trabalho vai também permitir a Adam Smith explicar todo o *sistema de trocas* que caracteriza a vida económica e pôr de pé uma *teoria da distribuição do rendimento* que tem em conta a divisão da sociedade (capitalista) em *classes sociais*, agora claramente caracterizadas pelo modo de participação de cada uma delas na actividade produtiva. A análise teórica de *Riqueza das Nações* incide sobre um modelo de sociedade em que o produto global criado pelo *trabalho produtivo* vai ser distribuído em *salários, rendas e lucros*. O *salário* assegura a manutenção e a reprodução dos trabalhadores produtivos. Da parte restante (o 'produto líquido' ou 'excedente') vão sair a *renda* dos proprietários e o *lucro* dos capitalistas, categorias que Smith considera "deduções ao produto do trabalho".

A produtividade deixa de estar ligada às características estruturais (naturais) da terra, deixa de ser exclusiva da agricultura. Por isso, a explicação do excedente (do qual sai não só a renda mas também o lucro, tanto o lucro agrícola como o lucro industrial) não pode continuar a assentar nas condições específicas de que beneficia um determinado tipo de trabalho concreto (o trabalho agrícola). Ultrapassando as várias formas de *trabalho concreto* que se encontram na vida real, Adam Smith elabora uma nova categoria, a de *trabalho abstracto*, categoria que — ele próprio reconhece —, "embora inteligível não é natural nem óbvia."

Assim se equacionava a necessidade de uma teoria do valor e assim se configurava esta como *teoria do valor-trabalho*, ligando a teoria do valor ao *trabalho em geral*, entendido como a *origem* e a *medida* do valor. Assim se abria a possibilidade de conceber e explicar o *excedente* em termos de valor e não já em termos físicos (como o concebiam os fisiocratas).

Há divergências entre os especialistas acerca do significado último dos textos de Smith sobre a teoria do valor. Incluo-me, porém, entre os que entendem que a análise de Smith relativa às partes que compõem o preço dos bens pressupõe a aceitação do princípio segundo o qual *o trabalho é a única origem do valor*. É isto mesmo que Smith afirma quando defende que o lucro e a renda são, a par dos salários, parte do “valor que os trabalhadores acrescentam às matérias-primas”. Todo o valor é criado pelo *trabalho vivo*, a esse valor se *deduzindo* o montante do lucro e da renda, que não vão pertencer aos trabalhadores (são “deduções ao produto do trabalho”).

Neste sentido, o trabalho necessário para produzir uma mercadoria cria um valor que é superior ao montante dos salários pagos aos trabalhadores. Esta diferença é o excedente, que vai ser distribuído em rendas e lucros. Alguns autores, incluindo o próprio Marx, têm visto nesta tese de Smith o embrião do conceito marxista de mais-valia e da teoria marxista da exploração.

A ideia de que o trabalho é a origem de todo o valor está presente também na noção smithiana de *trabalho produtivo*, aquele “que eleva o valor do objecto a que é aplicado”, que “origina valor”, que acrescenta “ao valor das matérias-primas a que se aplica o valor da sua própria manutenção e o lucro do patrão.” O trabalho (o *trabalho abstracto*, o *trabalho enquanto tal*) parece, pois, afirmar-se como a única fonte de valor. “O trabalho anual de uma nação — escreve Smith — é o fundo de que provêm originariamente todos os bens necessários à vida e ao conforto que a nação anualmente consome, e que consistem sempre ou em produtos imediatos desse trabalho, ou em bens adquiridos às outras nações em troca deles.”

Estudar “a ordem segundo a qual o produto do trabalho é naturalmente distribuído entre as diferentes classes de cidadãos” é um dos propósitos do Livro I de *Riqueza das Nações*. [eu é que grifei. AN]

A compreensão da teoria da distribuição de Adam Smith pressupõe o conhecimento da *estrutura de classes* da sociedade capitalista, tal como ela se configura em *Riqueza das Nações*, onde as classes sociais são definidas em moldes que se aproximam da concepção de Marx. Com efeito, Smith deixa bem claro que a actividade económica pressupõe — se deixarmos de lado os “produtores independentes” e os “trabalhadores improdutivos” — o concurso de três classes sociais: 1) os *trabalhadores produtivos* (“aqueles que alimentam, vestem e proporcionam habitação a todo o conjunto de pessoas”); 2) os *proprietários de terras* (que “constituem a única das três classes a quem o rendimento não custa trabalho nem cuidados” e que “gostam de comer o que nunca semearam”); 3) os *capitalistas* (a classe “dos que vivem do lucro”).

Neste contexto, apesar de considerar que o produto se distribui *naturalmente* entre as diferentes classes sociais, Adam Smith não deixa de assumir, no plano da teoria da distribuição do rendimento, o carácter conflituante dos interesses dos titulares das várias categorias de rendimento, na medida que cada uma dessas categorias de rendimento (salários, lucros e rendas) só pode aumentar à custa da diminuição de outra (ou de outras).

Quer dizer: é o trabalho produtivo que cria o valor, ao qual vão ser *deduzidos* os montantes arrecadados pelos capitalistas e pelos proprietários de terras. O lucro e a renda não se justificam, portanto, como os rendimentos criados pelo capital e pela terra, nem representam qualquer remuneração devida a estes “factores de produção” (como defenderá Say). Os capitalistas (os *patrões* ou *empresários*, na terminologia de Smith), uma vez pagos os salários aos trabalhadores produtivos, apropriam-se do excedente que estes criaram para além do correspondente ao salário: se os patrões ou empresários (capitalistas) forem rendeiros agrícolas, então terão de entregar aos proprietários fundiários, a título de *renda da terra*, uma parte do excedente que em primeira mão chamaram a si.

2.1.3. — David Ricardo

Com Ricardo, a teoria do valor aparece claramente como o núcleo da teoria económica. Os *Princípios* começam com a afirmação de que o valor de uma mercadoria “depende da quantidade relativa de trabalho que é necessária para a sua produção.” Como escreve Maurice Dobb, “assim como a ciência natural tratava de propriedades como a ‘longitude’ e o ‘peso’, parecia que a ciência económica deveria assentar sobre o facto básico do ‘valor’”.

Fazendo do estudo do valor de troca o objecto da Economia Política, Ricardo utiliza um método de análise que rompe radicalmente com o empirismo. Para Ricardo, a compreensão da realidade não reside (ou não se esgota) na sua contemplação: a inteligência dos fenómenos económicos supõe uma rotura com o sensível (a *aparência*), de modo a chegar-se à *essência* deles pela abstracção. Neste sentido, tem razão Bagehot ao considerar Ricardo “o verdadeiro fundador da Economia Política abstracta.”

A teoria do valor de Ricardo é a *teoria do valor-trabalho*, a respeito da qual não haverá lugar para as dúvidas de interpretação suscitadas relativamente ao pensamento de Smith. Ricardo sustenta claramente que o valor das mercadorias se explica pela quantidade de trabalho necessária para a sua produção, teoria que seria válida não apenas para formas remotas de organização económica, mas também no contexto do sistema capitalista que tinha perante si. Assim como defende que o valor “não depende da abundância mas antes da dificuldade ou da facilidade da produção”, Ricardo esclarece igualmente que “a utilidade não serve de medida de valor de troca, embora lhe seja absolutamente essencial.”

Em carta dirigida a Malthus (1820), Ricardo sublinhava a ideia de que, em vez de “um inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza”, a Economia Política deveria ser definida como “um inquérito a respeito da distribuição do produto da indústria [i.é, do trabalho] entre as classes que concorrem

para a sua formação. Não pode ligar-se a nenhuma lei a quantidade de riquezas produzidas, mas pode enunciar-se uma lei bastante satisfatória para a sua distribuição. Cada dia me convenço mais — conclui Ricardo — de que o primeiro estudo é vão e decepcionante e de que o segundo constitui o objecto próprio da ciência.”

Procurando compreender a essência de uma sociedade em que eram já claramente dominantes as relações de produção capitalistas, Ricardo explicitou a estrutura de classes de uma tal sociedade e compreendeu a importância da burguesia (e, portanto, da taxa de lucro) para a acumulação do capital e, por isso mesmo, para a determinação das condições de desenvolvimento continuado das economias capitalistas. O estudo das leis que regulam a distribuição do rendimento surge, assim, na teoria ricardiana, como um elemento fundamental para a compreensão da dinâmica do sistema.

Na construção teórica de Ricardo reflecte-se claramente o conflito social dominante na Inglaterra do seu tempo (aquele que opunha a velha classe dos proprietários fundiários e a nova burguesia industrial). Vejamos, sinteticamente, o seu raciocínio.

O aumento da população activa obriga a cultivar terras cada vez menos férteis, e deste facto resultaria a subida das rendas e o aumento do preço do trigo (produtos alimentares). Perante o aumento do preço do trigo, os salários nominais teriam de subir, para que os salários reais continuassem a assegurar o mínimo de subsistência. Como os salários tenderiam sempre para coincidir com este mínimo de subsistência em virtude de uma *lei natural* insusceptível de ser alterada pelos homens, ficava resolvido o problema da distribuição do rendimento, pois o *lucro* era entendido como a parte que cabe aos capitalistas depois de pagas as rendas e os salários, sem necessidade de se procurar uma lei que explique a determinação do lucro. Ricardo limita-se a pôr em relevo

que os lucros serão tanto mais elevados quanto mais baixos forem os salários.

Simplesmente, apesar da subida dos salários, o valor das mercadorias não aumenta, pois o valor depende da quantidade de trabalho necessária para produzir a mercadoria e não do nível dos salários pagos. Quer dizer: perante a subida dos custos (salários e rendas), não subiria o produto das vendas e a taxa de lucro baixaria.

E assim remata a visão pessimista de Ricardo, que se extrai da aceitação do princípio da população e suas consequências, da defesa da lei dos rendimentos decrescentes, da teoria do salário, e, por último, da *tendência para a baixa da taxa de lucro*. Esta tendência transformaria a economia capitalista, de *progressiva* em *estacionária*, resultando a estagnação, necessariamente, da quebra do nível do investimento provocada pela diminuição das taxas de lucro (da situação só aproveitaria a 'classe ociosa' dos proprietários de terras, cujas rendas subiriam).

Esta tendência será mais tarde considerada por Marx como uma das contradições do modo de produção capitalista, contradições cujo desenvolvimento há-de levar à substituição do capitalismo pelo socialismo. Ricardo, porém, aponta o perigo de emergência do estado estacionário, mas nunca põe em dúvida a perenidade do sistema, apoiado nos elementos *optimistas* da sua teoria (a impossibilidade de crises de sobreprodução, nos termos da Lei de Say; as vantagens inerentes ao livremercado).

2.1.4. — **Kal Marx**

Marx põe em relevo que a ciência económica nasceu como *ciência da burguesia*. Reconhecendo o mérito científico de Smith e de Ricardo, não deixou de afirmar a sua própria obra teórica como *Crítica da Economia Política* (da Economia Política burguesa). E defendeu que a ciência económica atingira com Ricardo o limite que seria incapaz de ultrapassar

ao formular *ingenuamente* (a qualificação é de Marx) o antagonismo dos interesses de classe presente na sociedade capitalista como “a lei natural, imutável, da sociedade humana”.

A crítica da Economia Política burguesa e a crítica da sociedade capitalista não se baseiam, na obra de Marx, em um *juízo moral* sobre as *injustiças* do capitalismo, não se fundam em *apelos à moral e ao direito*. Marx não parte da *indignação moral* para a construção da sua teoria económica. Como salientou Schumpeter, “Marx não vertia lágrimas sentimentais sobre a bondade da ideia socialista”, justificando plenamente a designação de *socialismo científico*.

A Economia Política marxista assume-se como *ciência de classe*, como *ciência do proletariado*, propondo-se “dar à classe operária (...) a consciência das condições e da natureza da sua própria acção”. Esta é — como Engels sublinha — “a tarefa essencial do socialismo científico, expressão teórica do movimento operário.” À semelhança do que foi, a seu ver, o papel da Economia Política burguesa relativamente à ordem feudal, Marx propõe-se compreender os mecanismos e explicar as leis de funcionamento do modo de produção capitalista, para ajudar a classe operária a *transformá-lo* num sentido convergente com o da sua lógica evolutiva, procurando apressar a sua derrocada. Esta afirmação de Marx nas *Teses sobre Feuerbach* (1845) foi significativamente escolhida para figurar na sua pedra tumular: “Até ao presente, os filósofos só se têm preocupado com a interpretação do mundo. Todavia, o problema está em se ser capaz de o transformar.”

No plano da teoria económica, Marx parte da Economia Política clássica, mas reelabora-a criticamente, integrando-a na sua teoria do desenvolvimento social, baseada na *concepção materialista da história*, que configura o mundo não como “um conjunto de coisas acabadas” mas como “um conjunto

de processos” e que considera a dialéctica como a “ciência das leis gerais do movimento”.

As categorias económicas e as leis económicas são vistas no quadro do desenvolvimento histórico, transitório, do modo de produção capitalista. Por isso Marx põe em relevo o carácter *histórico e transitório* das *categorias económicas* e das *leis económicas* elaboradas pela Economia Política clássica. Contra a concepção fixista dos clássicos ingleses, Marx defende a tese de que os princípios, as ideias, as categorias não passam de “produtos históricos e transitórios”, “tão pouco eternos como as relações que exprimem”: “Há um movimento contínuo de aumento nas forças produtivas, de destruição nas relações sociais, de formação nas ideias; imutável é apenas a abstracção do movimento — *mors immortalis*.” (*Miséria da Filosofia*)

A Economia Política marxista assume-se, pois, como *ciência teórica* (voltada para o estudo das leis de movimento dos vários modos de produção), que é, simultaneamente, uma *ciência histórica* (“síntese dinâmica de história e de teoria económica”, nas palavras de Ernest Mandel), convertendo a teoria económica em análise histórica e a exposição histórica em *histoire raisonnée* (como salienta Schumpeter).

Um outro ponto a acentuar é a *orientação sociológica* da Economia Política marxista.

Para Marx, a produção de bens materiais é a base da vida em sociedade, e toda a produção é *produção social*. Para produzirem, os homens contraem entre si determinados vínculos e estabelecem relações uns com os outros, e só através destes vínculos e relações sociais os homens se relacionam com a natureza e desenvolvem a actividade de produção. Ao defender que *a economia não é uma tecnologia social*, Marx pretende sublinhar que o objecto da Economia Política não são as *relações do homem com a natureza*, mas sim as *relações entre os homens no processo da produção* (i. é, as *relações de produção*).

Para o entendimento da natureza das relações de produção assume particular importância a consideração das *formas de propriedade sobre os meios de produção*, que, por sua vez, determinam a posição dos homens no sistema de produção social, a situação que na produção ocupam as *classes* e os grupos sociais (isto é, a *estrutura de classes da sociedade*).

E são as relações de produção que determinam as *formas de distribuição* do que se produz, embora se reconheça que as formas de distribuição, troca e consumo actuam, por sua vez, sobre a produção, estimulando ou entravando o seu desenvolvimento. Produção, distribuição, troca e consumo formam uma unidade cujo factor determinante é a produção. A distribuição do produto do trabalho depende do modo como se encontram distribuídos os meios de produção, sendo certo que *toda a produção pressupõe uma qualquer forma de propriedade*, isto é, uma forma social e historicamente determinada de apropriação dos meios de produção.

A *Economia Política marxista* estuda as *relações de produção*, na sua interdependência com as *forças produtivas*, sendo que o conjunto das relações de produção e das forças produtivas constitui o *modo de produção*. Ela não se ocupa da 'produção', mas das relações sociais dos homens na produção, do regime social da produção. A ela caberá descobrir as leis que governam a produção e a distribuição dos bens materiais da sociedade humana, enunciar as leis económicas inerentes a cada um dos modos de produção e as leis que presidem à evolução das várias formas de produção social.

Sobre a base das relações de produção assenta a superestrutura jurídica, política e ideológica da sociedade. Ao estudar as *relações de produção*, a *Economia Política marxista* toma em conta as *formas jurídicas* da propriedade dos meios de produção, atende às relações entre as *classes sociais*, analisa o papel da instância política, releva a influência recíproca entre a *estrutura económica da sociedade* e a *superestrutura* (jurídica, política, ideológica), aquela condicionando esta e a supe-

reestrutura reagindo depois sobre a base, acelerando ou entorpecendo o seu desenvolvimento.

Bem poderá dizer-se, por isso mesmo, que a Economia Política marxista é também, em certo sentido, uma *ciência sociológica*. Se é certo que a obra de Marx não pode reconduzir-se a uma ou a outra das várias disciplinas sociais, pois Marx abordou a realidade social sob uma perspectiva global (simultaneamente histórica, económica, política e sociológica), poderá no entanto dizer-se, com Henri Lefebvre, que “Marx n’est pas un sociologue, mais il y a une sociologie dans le marxisme.”

O ponto de partida da teoria económica marxista é a lei do valor ricardiana, com base na qual Marx tenta explicar que a essência do capitalismo é a *exploração* da força de trabalho. Como escreve Maurice Dobb, Marx “tomou o sistema de Ricardo, despojou-o da sua afirmação de ‘lei natural’ e revolucionou o seu significado qualitativo.”

Ricardo procurou mostrar que, numa “ordem natural”, as mercadorias tendiam a trocar-se por valores equivalentes avaliados em função da quantidade de trabalho necessária para as produzir. Para tanto, pressupôs que a concorrência tenderia a estabelecer, para trabalho de idêntica qualidade, um nível de salários e uma taxa de juro únicos para todas as actividades produtivas.

Quer dizer: se a parte dos salários gasta para produzir uma unidade de trigo e uma unidade de tecido fosse, em ambos os casos, proporcional à quantidade de trabalho empregado, e se os ganhos (medidos como percentagem do capital utilizado) fossem os mesmos em ambos os casos, isto significaria que os valores relativos (salários mais ganhos) do trigo e do tecido seriam proporcionais à quantidade de trabalho empregada para produzir um e outro destes bens.

Mas esta coincidência só teria sentido se o peso relativo do *capital fixo* (edifícios, equipamento) e do *capital variável*

(salários) fosse o mesmo em todas as actividades económicas (na produção do trigo e na produção de tecidos), circunstância que a realidade desmente: a produção de certos bens exige uma participação relativa de capital fixo muito maior do que a produção de outros (para além da diferença da vida económica do capital fixo em diferentes sectores da actividade económica).

Sendo assim, os bens cuja produção exige uma participação relativa do capital fixo mais elevada não podem trocar-se no mercado por bens menos intensivos em capital fixo segundo valores (preços) relativos proporcionais à quantidade de trabalho necessária para os produzir (mesmo incluindo a quantidade de trabalho que foi necessária para produzir o capital fixo). Para evitar que os avultados capitais imobilizados no capital fixo utilizado na produção daqueles bens se desloquem para outros sectores de actividade, eles têm que proporcionar um ganho aos seus titulares, o que só poderá acontecer se as mercadorias com eles produzidas forem trocadas no mercado por um valor (preço) mais elevado do que o das mercadorias cuja produção exige uma participação relativa de capital fixo mais baixa.

Marx mostrou, deste modo (tendo em conta o que ele designou por *composição orgânica do capital*), que não podia identificar-se o *valor do mercado* com o *valor em trabalho*, o que explica o princípio geral por ele defendido — que para Ricardo não passava de uma *excepção* à (ou *modificação* da) sua teoria — segundo o qual, nas condições do capitalismo, as mercadorias não se trocam no mercado pelo seu valor (=quantidade de trabalho necessária para as produzir), mas antes por aquilo a que Marx chamou “preço de produção” (igual aos salários mais um tanto normal de ganhos sobre o capital empregado).

O objectivo de Marx era *determinar o significado social do lucro capitalista*: se se trata de *excedente* (no sentido fisiocrático, de valores pagos a alguém sem contrapartida), como aparecia

este excedente e de que condições dependia o seu aparecimento?

Tanto Smith como Ricardo verificaram a não-coincidência entre a quantidade de trabalho fornecida pelos trabalhadores e o salário que lhes é pago. Ambos observam que os capitalistas e os proprietários de terras recebem rendimentos sem trabalhar, auferem uma parte do rendimento criado pelo trabalho. Na sua óptica, isto aconteceria *naturalmente*, como resultado de *leis naturais*.

Marx viria colocar o problema à margem das implicações morais do socialismo utópico (os capitalistas, segundo esta perspectiva, 'roubariam' os operários, pagando o trabalho abaixo do seu valor), e centrou o seu esforço teorizador na demonstração de que o lucro é um elemento essencial do capitalismo e não um elemento accidental (como poderia ser o roubo), apresentando o capitalismo como um *sistema de exploração necessária*, desligando a *exploração* de qualquer atitude voluntarística, por parte dos capitalistas.

Quanto a Ricardo, a sua teoria não conseguiu resolver a dúvida fundamental que consiste em saber que motivo explica o facto de o trabalho assalariado — sendo uma mercadoria como qualquer outra — não ser pago pelo seu valor, como as demais mercadorias. Como explicar que não valha para esta mercadoria (trabalho assalariado, na óptica de Ricardo) a lei do valor?

É neste ponto que Marx retoma a teoria ricardiana, desfazendo a confusão feita entre o trabalho como base do valor (a quantidade de trabalho necessária para a produção) e os salários pagos aos trabalhadores (o valor da força de trabalho). Nestes termos, Marx defende que o empregador capitalista compra a *força de trabalho* do operário (i.é, a capacidade física e psíquica do operário para trabalhar, o *trabalho em potência*) e não o *trabalho*. E logo acrescenta que esta *mercadoria-força-de-trabalho* é paga pelo seu valor, segundo a lei geral da economia capitalista enunciada por Ricardo — a lei do valor.

Qual é então o valor da força de trabalho?

Como qualquer outra mercadoria, a força de trabalho dos operários tem um valor que é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. O operário dispense todos os dias uma certa quantidade de energia: para a reconstruir, tem de se alimentar, vestir, dispor de habitação, etc.; para que a mercadoria que se gasta se reconstitua e a oferta se mantenha é necessário que o operário se possa reproduzir e gaste dinheiro no sustento da família; para que o trabalhador adquira preparação escolar adequada ou aprenda o seu ofício é preciso tempo e despesas — e quanto mais qualificado for o trabalhador maior será o tempo de trabalho socialmente necessário para assegurar a sua aprendizagem. Ora o salário tende a corresponder ao valor da força de trabalho, apresentando-se como a expressão monetária do seu custo em trabalho, i.é, da quantidade de trabalho que a sociedade deve consagrar à manutenção e à reprodução da força de trabalho.

“Comprando a força de trabalho do operário e pagando-a pelo seu valor — escreve Marx —, o capitalista, como qualquer outro comprador, adquire o direito de consumir (ou de usar) a mercadoria que comprou. Consome-se (ou utiliza-se) a força de trabalho de um homem fazendo-o trabalhar, assim como se consome (ou se utiliza) uma máquina fazendo-a funcionar. Pela compra do valor diário ou semanal da força de trabalho do operário, o capitalista adquiriu, portanto, o direito de se servir desta força, de a fazer trabalhar, durante todo o dia ou toda a semana.”

O capitalista vai utilizar, na produção, a força de trabalho que adquiriu, sendo certo que esta mercadoria tem a propriedade de fornecer trabalho, de produzir valor em quantidade variável, independente do seu próprio valor e em princípio superior a este valor. O capitalista pode, assim, apropriar-se da diferença entre este valor (i.é, o salário, como sua expressão monetária) e o valor total criado pelo exercício do trabalho.

Os salários seriam o pagamento do equivalente pelo equivalente. O ganho do empregador (a *mais-valia*) é, portanto, a diferença entre o *valor da força de trabalho* (que o capitalista leva à conta dos custos de produção sob a forma de salários) e o *valor que a força de trabalho cria* (que o capitalista realiza pela venda das mercadorias no mercado, mesmo quando estas sejam vendidas pelo seu valor). A *mais-valia* traduz-se, assim, na diferença entre o valor da força de trabalho (quantidade de *trabalho necessário* para a produção do que é pago a título de salário) e o seu produto (quantidade de trabalho fornecido). Essa diferença é *trabalho não pago*, *trabalho excedente*, uma vez que o salário só paga o *trabalho necessário*.

Na construção de Marx, a noção de *mais-valia* vem tornar claro que uma parte do valor criado pela força de trabalho não vai pertencer aos trabalhadores. A *mais-valia* é apropriada pelos empregadores capitalistas, sem qualquer *justificação moral* baseada na quantidade de trabalho por eles dispendida. Os capitalistas *expropriam*, deste modo, uma parte do valor criado pelos trabalhadores assalariados; estes são, nessa medida, *explorados*.

Em vez da *distribuição natural* do produto do trabalho entre as diferentes classes, Marx defende que a distribuição do produto do trabalho é uma consequência lógica da *natureza das relações sociais de produção* características do capitalismo, marcadas pela diferente posição dos empregadores-capitalistas e dos trabalhadores assalariados relativamente à propriedade dos meios de produção e consequente antagonismo de interesses entre estas duas classes sociais. Os primeiros, por serem proprietários dos meios de produção, estão em condições de adquirir, através de contrato, a *força de trabalho* dos trabalhadores e de se apropriarem, nos termos desse mesmo contrato, de tudo o que resultar da utilização da mercadoria-força-de-trabalho depois de pagos os salários; os segundos, por não disporem dos meios de produção, vêem-

-se 'obrigados' a trabalhar para os patrões capitalistas a troco do pagamento do salário (que é apenas uma parte do valor que a força de trabalho cria), bem conscientes de que — como já sublinhara Adam Smith — “o patrão não teria qualquer interesse em empregá-los se não esperasse obter, com a venda do seu trabalho, um pouco mais do que o necessário para reconstruir a sua riqueza inicial.”

O carácter conflitual das sociedades capitalistas reflecte-se tanto em Marx como em Ricardo. Mas as contradições resultantes do conflito social ganham em Marx contornos diferentes e assumem um significado diferente.

A contradição fundamental que ressalta da obra de Ricardo é a que opõe a nova burguesia industrial à velha aristocracia fundiária. Dela resulta a ameaça do *estado estacionário*, que Ricardo considera facilmente ultrapassável, desde que se deixem actuar as *leis naturais*: o livremercado assegurará as condições para um crescimento sem limitações (de que todos beneficiarão) e sem crises gerais de sobreprodução, nos termos que a *Lei de Say* explicitou. Ao defender que a economia se rege por *leis naturais* (que são *leis eternas*, de validade *absoluta e universal*), Ricardo admite que as relações com base nas quais se cria a riqueza e se opera a sua distribuição entre as classes sociais são elas próprias *naturais e eternas*.

Radicalmente diferente é a posição de Marx, que, a propósito, comenta ironicamente: “Com todas estas eternidades imutáveis e imóveis, deixa de haver história (...). Houve história, mas deixou de haver.”

O conflito social dominante nas sociedades capitalistas surge polarizado na obra teórica de Marx à volta da burguesia capitalista e dos trabalhadores assalariados. E as contradições em que esta conflitualidade se traduz são o caminho que há-de levar à superação do capitalismo: “a única via real pela qual o modo de produção e a organização social que lhe

corresponde caminham para a sua dissolução e a sua metamorfose — escreveu Marx — é o desenvolvimento histórico dos seus antagonismos permanentes.”

Em Marx, as contradições inserem-se na *lei de movimento* de cada formação social. Como ele próprio escreveu, em “certo estágio do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que é apenas a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade, no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas que eram, essas relações transformam-se em entraves a esse desenvolvimento. Abre-se então uma época de revolução social.”

Ao contrário da perspectiva gradualista do marginalismo, tão bem ilustrada na legenda que Alfred Marshall fez gravar no pórtico dos seus *Principles* (*natura non facit saltum*), bem poderá dizer-se que, segundo Marx, *natura facit salta*. O marxismo proclama que “a história da humanidade até aos nossos dias é a história da luta de classes”, ao longo de um processo em que a agudização das contradições de cada modo de produção provoca períodos de “revolução social” superadores da ordem estabelecida.

2.2. — *A perspectiva subjectivista-marginalista*

2.2.1. — **Jean-Baptiste Say**

Os primeiros sinais de rotura com a perspectiva clássica no que toca à teoria do valor e à teoria da distribuição (afinal o núcleo fundamental do paradigma clássico-marxista) surgem com Jean-Baptiste Say.

O autor francês vem considerar como fundamentos do valor a *utilidade* e os *custos de produção*. Na sequência da rejeição da teoria do valor-trabalho, Say formula a conhecida *teoria dos três factores de produção*, que o leva a identificar a

teoria da distribuição do rendimento como a teoria da formação dos preços dos factores de produção, em função do jogo da oferta e da procura nos respectivos mercados.

Enquanto em Smith, Ricardo e Marx as relações de produção se estabelecem entre os titulares do capital e os trabalhadores, Say defende que as relações de produção são desencadeadas pelo *empresário*, que vai comprar os 'serviços produtivos' fornecidos pela natureza, pelo trabalho e pelo capital, pagando aos seus titulares o preço que se fixar no mercado de cada um deles.

Em vez de concorrerem entre si para dividirem a riqueza criada pelo trabalho (o que gera uma situação de conflito social), trabalhadores, capitalistas e proprietários de terras surgem, na construção de Say, em posição idêntica. Os titulares de cada um dos factores de produção recebem um rendimento que se forma *autonomamente*, sem qualquer relação com o rendimento que cabe aos titulares dos outros factores de produção.

É uma teoria que diverge, pois, radicalmente da concepção clássica-marxista, que considerava o salário como o preço da força de trabalho, mas defendia que o lucro não é o 'preço' de nenhuma mercadoria nem a 'remuneração' de qualquer 'factor de produção' (o capitalista auferir o lucro em virtude do *poder* que lhe advém da sua condição de proprietário dos meios de produção). Com Say, o lucro deixa de ser visto como um excedente e a distribuição do rendimento deixa de ser vista como um processo inseparável do processo social de produção e por ele condicionado.

Por outro lado, a teoria de Say apresenta uma visão harmoniosa da sociedade, afastando a ideia de conflitualidade social: os titulares de cada um dos factores de produção recebem, pela sua *contribuição produtiva*, a remuneração adequada, não havendo lugar para qualquer discrepância entre a *distribuição natural* do rendimento e a *justiça social*. Pela primeira vez desde os fisiocratas, as *classes sociais* desaparecem da análise económica.

2.2.2. — McCulloch e Nassau Senior

Precusores da teoria subjectiva do valor e da perspectiva subjectivista da teoria económica foram também McCulloch (que mede o valor dos bens pelo *sacrifício* dos que produzem e não pela *quantidade de trabalho*) e Nassau Senior. Este considera a *abstinência*, a renúncia ao consumo imediato, como elemento — subjectivo — do valor, e defende que a abstinência justifica uma compensação, tal como o *sacrifício* representado pelo trabalho.

O valor (o *custo real*) de um bem é igual ao *trabalho* necessário para o produzir mais a *abstinência* dos detentores do capital. O *custo monetário* integra o salário mais o lucro, que, deste modo, deixa de ser considerado como um excedente no sentido fisiocrático, sentido que conserva nos clássicos e em Marx.

2.2.3. — A “revolução marginalista”

Foi, porém, a partir de 1870 que a ciência económica tomou o rumo que ficaria conhecido por *marginalismo*. A análise marginalista parte de novos conceitos subjectivos de valor e centra-se na investigação das causas das variações dos preços de mercado, com base no *raciocínio na margem*.

Entre os precusores, destacam-se Cournot (o iniciador da *economia matemática*), Von Thünen (considerado o verdadeiro fundador da análise marginal) e Gossen (que enunciou várias leis sobre as necessidades e foi o imediato antecessor da *Escola Austríaca*).

Quase simultaneamente (1871 e 1874) e sem qualquer ligação entre si, o austríaco Carl Menger, o inglês William Stanley Jevons e o professor de Lausana Léon Walras enunciaram o *princípio da utilidade marginal decrescente* e começaram a utilizá-lo de forma consciente e consequente na sua elaboração teórica. Estava lançada a “revolução marginalista”, a ‘revolução’ *subjectivista*, a ‘revolução’ da *utilidade marginal*, a ‘revolução’ do *equilíbrio económico geral*.

A nova *Economia subjectivista-marginalista* representa um corte radical com a *Economia Política clássica*.

Destacarei algumas diferenças mais significativas.

1) Ao afirmarem que a actividade económica tem em vista a produção de utilidades em ordem à satisfação das necessidades dos indivíduos, os marginalistas estão a defender que é o consumo — e não a acumulação — o principal factor impulsionador da economia, privilegiando a *soberania do consumidor* relativamente à 'soberania do capitalista-acumulador-investidor'. Na óptica de Ricardo, ao invés, este último aspecto era o mais importante: a actividade económica orienta-se para a obtenção de lucros, sendo o lucro considerado a fonte da acumulação e, esta, a condição do crescimento económico e do progresso.

Compreende-se, assim, que os escritores subjectivistas tenham deslocado a análise da *produção* (da oferta) e do *custo* para a *procura* e para a *utilidade*.

2) A Economia Política clássica colocava-se numa *perspectiva dinâmica* e a sua preocupação fundamental foi (desde os fisiocratas) o *crescimento económico*, o estudo das *causas da riqueza das nações*, a compreensão da *dinâmica* que conduzia ao "progressive state", do qual se esperava a melhoria das condições de vida das pessoas. Jevons, ao contrário, comparou a Economia com a "ciência da mecânica estática", e a teoria económica marginalista adoptou uma *perspectiva estática*, tendo abandonado por completo a preocupação com a produção e com o progresso enquanto processo dinâmico de desenvolvimento das comunidades humanas.

A preocupação central da *nova teoria económica* passou a ser a de definir os requisitos da *afecção eficiente de recursos* existentes em *quantidades limitadas* aos seus vários *usos alternativos*, durante um *determinado período de tempo*, adoptando como *critério de eficiência* (como *padrão de racionalidade*, como *indicador de óptimo*) a *maximização da satisfação dos consumidores*. "Pela primeira vez — como salienta Mark Blaug —, a

Economia tornou-se, verdadeiramente, a ciência que estuda a relação entre objectivos *dados* e meios escassos *dados* que têm usos alternativos. A teoria clássica do desenvolvimento foi substituída pelo conceito de equilíbrio geral num quadro essencialmente estático.”

3) O esforço analítico, segundo a nova perspectiva da ciência económica, passou a centrar-se no estudo do efeito das trocas na margem (a perda ou o ganho de utilidade resultante de “um pouco mais” ou “um pouco menos” de determinado bem), com base no conceito de *utilidade marginal* (a utilidade atribuída à *unidade marginal*, à *última unidade disponível* de um bem).

Empenhada em fazer assentar no raciocínio matemático o carácter científico da disciplina, utilizou a técnica analítica do cálculo diferencial, que se ocupa de pequenas variações (“um pouco mais” ou “um pouco menos” de algo). As categorias económicas da ‘nova ciência económica’ passaram a exprimir-se em termos de variações marginais deste tipo. O *cálculo marginal*, enquanto aplicação dos princípios do cálculo diferencial, é a *técnica*, o *instrumento* metodológico utilizado pelos teóricos subjectivistas. Esta foi, desde 1871, a opinião de Jevons: “Parece-me que a nossa ciência tem de ser matemática, simplesmente porque trabalha com quantidades.” Assim se procurava impor a nova *Economia* como *economia matemática* e, portanto, *científica*.

4) Mas a ‘revolução marginalista’ não introduz apenas uma nova técnica de análise económica. Ela introduz também —e fundamentalmente— uma nova orientação quanto à *estrutura* e ao *conteúdo* da teoria económica.

Como há pouco referi, o raciocínio desdobra-se ignorando em absoluto a *esfera da produção* e o *contexto social* em que decorrem as *relações de produção*, enquanto *relações sociais* que envolvem as várias *classes sociais*. A oferta surge sem qualquer dependência relativamente aos custos de produção. O valor é apresentado como uma categoria que não tem

qualquer relação com a quantidade de trabalho gasta na produção dos bens. A *raridade* do bem e a *intensidade* da necessidade que ele satisfaz é que determinam o seu valor. Na formulação de Jevons, “o valor depende unicamente do grau final de utilidade.”

Em vez de buscarem uma solução (eventualmente diferente da dos clássicos ingleses e de Marx) para o problema da origem e medida do valor, os marginalistas renunciaram à elaboração de uma *teoria objectiva do valor*, afirmaram a *utilidade (subjectiva)* como origem e medida do valor, identificaram (confundiram) o valor com o preço de mercado e transformaram a teoria da distribuição do rendimento entre as classes sociais em teoria dos preços de mercado dos factores de produção.

Desaparece, assim, da teoria económica o conceito objectivo de valor, enquanto *valor absoluto*, ligado ao custo real. O que passa a ser importante é a determinação dos *preços relativos*, os quais funcionam como critério orientador das decisões (‘racionais’) dos agentes económicos.

5) Segundo a nova orientação, a ciência económica, em vez de buscar uma causa única do valor que pudesse explicar a troca dos bens e a distribuição da riqueza, limita-se agora a tentar explicar as variações dos preços de mercado (em função do *comportamento* de *compradores* e de *vendedores*, *despidos*, uns e outros, da sua caracterização como trabalhadores assalariados, proprietários de terras, capitalistas ou empresários), reduzindo a esta equação toda a problemática da ciência económica.

A vida económica reduz-se ao jogo do mercado, o ponto de encontro das disposições dos *homens económicos* que constituem a sociedade entendida *atomisticamente* como mero somatório de indivíduos. A teoria económica marginalista recusa a concepção clássica-marxista da ciência económica entendida como *teoria do sistema social*, concepção segundo a qual a actividade económica decorre numa sociedade com determinada estrutura de *classes sociais*, a qual envolve e

condiciona todo o processo de produção e de distribuição da riqueza. Na construção marginalista, os indivíduos, as famílias e as empresas surgem como *agentes económicos isolados* que operam no mercado como *compradores e vendedores*, não como elementos que integram um determinado grupo ou classe social que com outros grupos ou classes sociais (com os quais mantém relações de cooperação ou de conflito) compõem uma determinada estrutura social, em que o *poder* e as *relações de poder* estão necessariamente presentes como condicionante das relações económicas, tanto ao nível da produção como ao nível da distribuição.

As relações económicas relevantes deixaram de ser as *relações entre homens (entre classes sociais)* e passaram a ser as *relações entre os homens e as coisas*, entre cada indivíduo e os bens que julga (subjectivamente) capazes de satisfazer as suas necessidades (subjectivas).

6) Enquanto teoria dos mercados e da interdependência dos mercados (aplicável tanto à produção como à distribuição), a teoria económica marginalista é uma teoria do *equilíbrio geral das trocas*, equilíbrio que se alcança no quadro de um sistema que se ajusta e regula automaticamente e que representa um conjunto de soluções mutuamente compatíveis que realizam o objectivo maximizador de todos os agentes económicos e o equilíbrio da procura e da oferta em todos os mercados (dos bens e dos 'factores de produção').

Afastando da análise os aspectos sociais da produção e da distribuição, a teoria marginalista empenhou-se fundamentalmente em mostrar a superioridade do capitalismo no que toca à *afecção dos recursos disponíveis*, aspecto em que o socialismo seria incapaz de 'racionalidade'.

7) Desde cedo se percebeu que a teoria económica baseada na utilidade não se adapta às situações correntes na vida moderna, em que o vendedor é o empresário que produziu, para vender, grandes quantidades de mercadorias que não têm para ele utilidade imediata.

No entanto, em vez de regressarem à análise da oferta e dos custos de produção, na senda da Economia Política clássica, os novos economistas aplicaram a análise marginalista aos *factores de produção*, a partir da consideração de que o custo de qualquer produto acabado é igual ao custo dos factores de produção utilizados na sua produção.

Tudo ficou reduzido ao problema da determinação do valor (preço) dos factores de produção. Para tanto, tornou-se necessário que a *ciência das relações de troca* se aplique àquela “troca que chamamos produção” (na expressão de Walras).

A saída encontrada para o problema que ficou enunciado conduziu à formulação da *teoria da utilidade marginal*, que vem rematar — com grande aparato matemático, ‘científico’, e enorme requinte técnico — o edificio teórico e o aparelho ideológico do marginalismo, fundamentalmente graças aos trabalhos de John Bates Clark e de Phillip Wicksteed.

Em termos genéricos, podemos dizer que a teoria da produtividade marginal procura demonstrar que, funcionando a economia de acordo com as regras da *concorrência perfeita*, cada proprietário de qualquer um dos factores de produção utilizados receberá uma parte do rendimento global exactamente proporcional à sua contribuição para o produto social, o qual se esgotará na soma dos salários, rendas e juros, *sem possibilidade de subsistir qualquer excedente*.

8) Tanto em Ricardo como em Marx, a distribuição do rendimento aparece num ‘momento’ *anterior ao da troca*. Os factores determinantes da distribuição do rendimento baseiam-se nas *condições da produção* e a teoria da distribuição dos clássicos ingleses e de Marx tinha como pano de fundo as *relações sociais de produção* (verificadas no contexto de uma sociedade com uma determinada estrutura de classes), por se entender — desde os fisiocratas — que o modo de produção (o processo social de produção) do que Engels chamou os

“meios materiais de subsistência da sociedade humana” condiciona a distribuição e o destino do ‘produto líquido’.

De acordo com o paradigma clássico-marxista, o salário remunera a força de trabalho, enquanto o lucro não remunera nada, porque “o único ‘serviço’ que o proprietário de uma empresa tem de fornecer, enquanto proprietário, é o de permitir que a empresa seja apropriada por ele.(...) É certo que ele suporta riscos —comenta Edward Nell—, mas também os suportam os trabalhadores, que podem ficar sem os seus postos de trabalho em caso de falência.”

Isto significa que, à luz do paradigma clássico-marxista, a atribuição de lucros —quer se trate dos *lucros normais* (da concorrência perfeita), quer se trate dos *lucros de monopólio*— não é uma troca, porque não há nenhum fluxo no *circuito real* que justifique o fluxo dos lucros no *circuito monetário*.

Mas isto significa também que o fluxo da força de trabalho é o único fluxo real que alimenta a actividade produtiva e origina o produto social líquido (cujo valor pode analisar-se em termos de trabalho). E como nem toda a receita resultante da venda do produto total vai ser distribuída em salários, isto significa que também o pagamento de salários não é uma troca (não é uma *troca de equivalentes*; é, quando muito, uma *troca desigual*).

Em conclusão: o problema da distribuição do rendimento não pode explicar-se no âmbito das relações de troca; só pode entender-se no quadro definido pelas *relações sociais de produção*.

Diferentemente, a problemática da distribuição esgota-se, na teoria marginalista, na *esfera da troca*: ela reduz-se à questão da formação dos preços de mercado dos ‘serviços produtivos’ dos *factores de produção*, e esta é apenas uma parte do processo mais vasto de formação dos preços das mercadorias em mercados de concorrência. Tal como escrevera Edgworth: “A distribuição é a espécie de troca pela qual o produto é dividido entre as partes que contribuíram para a sua produção”. E como as trocas são sempre trocas de

equivalentes, fica afastada a hipótese de um qualquer excedente por 'justificar', fica excluída qualquer forma de exploração.

Chegamos assim a uma diferença fundamental entre os dois paradigmas da ciência económica que vimos analisando: o marginalismo preocupa-se fundamentalmente com a explicação de como o mercado decide a afectação dos recursos escassos de acordo com a sua eficiência relativa; a Economia Política clássica-marxista atribui uma importância central à explicação de como os mercados distribuem o rendimento em função do *poder relativo das várias classes sociais*, fazendo do conceito de *capital* e da sua relação com as *classes sociais* e com o *poder económico* o conceito-chave de toda a teoria económica.

9) Creio que Paul Sweezy (entre outros autores que pensam o mesmo que ele a este propósito) tem razão quando sublinha que a escola marginalista funcionou como "arma intelectual que se opôs ao marxismo [e também a Ricardo, acrescento eu. AN] no quadro de uma acesa luta de classes". Enquanto os marxistas se propõem estudar as leis de movimento do capitalismo para melhor poderem acelerar o processo da sua destruição, os marginalistas identificam-se com o capitalismo, defendem as suas virtudes e proclamam a sua aspiração à eternidade.

Há, no entanto, uma grande diferença, como observa Sweezy: o marxismo assumiu abertamente que assim era; os marginalistas perfilaram-se para a luta a coberto de uma auto-proclamada cientificidade da "economia pura" (uma "ciência físico-matemática", com "o mesmo grau de certeza que possui a mecânica racional"), com o que isso significa de *neutralidade científica* para os seus postulados e para as suas conclusões e de *objectividade* para as suas *verdades*.

2.2.4. — A síntese de Lionel Robbins

Actualmente, a grande maioria dos autores que integram a *mainstream economics* adopta como definição da ciência

económica enunciados que andam à volta da síntese apresentada em 1932 por Lionel Robbins. “A Economia — escreve Robbins — é a ciência que estuda o comportamento humano enquanto relação entre fins e meios escassos susceptíveis de usos alternativos.”

O **problema económico** —resultante da *escassez relativa dos bens económicos* perante as necessidades ou os fins a satisfazer ou a prosseguir— é, na sua essência, o problema da utilização dos bens escassos susceptíveis de usos alternativos na satisfação de *objectivos de importância desigual* e susceptíveis de serem escalonados segundo uma *escala de preferências*.

O **princípio económico** é o princípio de racionalidade económica que orienta o *homo oeconomicus* na luta contra a escassez, e que se traduz na *conduta económica*, i.é, “a conduta inteligente, preordenada a fins e logicamente adequada ao seu melhor conseguimento” (Teixeira Ribeiro). Esta conduta traduz-se na observância de um *princípio do máximo resultado* (maximização do grau de realização do fim a alcançar mediante a utilização dos meios escassos disponíveis) e de um *princípio de economia de meios* (obtenção de um determinado grau de realização do fim proposto com o mínimo dispêndio dos meios disponíveis).

Neste sentido, o *homo oeconomicus* é um *agente racional maximizador da utilidade*, quer a utilidade seja entendida na acepção hedonística de prazer, satisfação, felicidade ou bem-estar psicológicos, quer se associe à utilidade o sentido praxeológico de grau de realização do objectivo da actividade económica, qualquer que seja a sua natureza e qualidade, desde que se trate de uma grandeza susceptível de diversos graus de realização (fala-se, em regra, de *preferência*).

O **juízo económico**, com base neste entendimento, consiste, segundo Robbins, em averiguar se a acção em causa realiza a melhor escolha, na perspectiva do fim próprio daquela acção, fim relativamente ao qual a ciência económica nada tem a dizer, porque a ciência económica é *neutra em relação aos fins*, que assume como *fins dados*.

“Não há fins económicos — esclarece Robbins. Há apenas vias económicas e não-económicas de alcançar fins dados. Não podemos dizer que a prossecução de fins dados é não-económica porque os fins são não-económicos; podemos apenas dizer que ela é não-económica se os fins são prosseguidos com um dispêndio desnecessário de meios.”

Considerando a *escassez* como um dado fundamental da vida dos homens e das sociedades humanas, aponta-se como objecto da ciência económica “o estudo das actividades e das instituições criadas pela escassez”, o estudo do “comportamento humano condicionado pela escassez”.

A definição de Robbins não assenta na classificação dos factos ou dos tipos de conduta humana em *económicos* e *não-económicos* para incluir apenas os primeiros no (e excluir os segundos do) objecto da ciência económica. É que uma tal concepção ‘classificatória’ sempre deixaria de pé “o problema económico de decidir entre o *económico* e o *não-económico*”, isto é, o problema de saber como dividir o tempo e os meios escassos disponíveis entre as actividades económicas e as actividades ditas não-económicas. E, na óptica de Robbins, este é, sem dúvida, um *problema económico*, uma vez que os actos que implicam a afectação de *tempo e meios escassos* à prossecução de um determinado objectivo representam sempre um *custo de oportunidade* (o sacrifício da sua utilização para alcançar outro(s) objectivo(s) alternativo(s)), ou seja, apresenta-se sempre sob um *aspecto económico*.

Estamos, pois, perante uma *definição analítica*: a ciência económica “não procura escolher certos géneros de comportamentos —sublinha Robbins—, mas incide especialmente num *aspecto* particular do comportamento, a forma de que ele se reveste sob a influência da escassez.”

“Quando o tempo e os meios para conseguir os objectivos são limitados e susceptíveis de aplicação alternativa, e os objectivos podem ser diferenciados segundo uma ordem

de importância, então a conduta assume necessariamente a forma de uma escolha. Todos os actos que envolvem tempo e meios escassos para alcançar um objectivo implicam o sacrifício da sua utilização para conseguir outro(s) objectivo(s). Eles têm um aspecto económico.”

Em conformidade com todas as teorias subjectivistas sobre a ciência económica, Robbins considera o sistema económico como “uma série de relações interdependentes, mas conceitualmente distintas, entre homens e bens económicos”, fazendo da ciência económica —ao contrário da perspectiva clássica-marxista— a ciência que estuda as *relações entre homens e bens económicos*.

A ciência económica transformou-se, deste modo, numa *ciência formal*, num ramo da *praxeologia*: a *ciência da escolha*, a *teoria geral da escolha racional*, que se aplica tanto ao homem isolado como ao homem em sociedade, qualquer que seja o tipo de sociedade (ou mesmo a uma colmeia, como pretende Samuelson).

Ligando-se as proposições da Economia a *princípios universais do comportamento humano* (representados no *homo oeconomicus* enquanto *homo calculator*), assume-se a ciência económica como uma *ciência a-histórica*: a *conduta económica* —que constitui o objecto da análise científica— obedece sempre ao mesmo princípio de racionalidade, seja qual for o contexto histórico e institucional em que se desenvolve.

Esta ciência económica, entendida como “ciência pura” ou “ciência positiva”, afirma-se como “ciência dedutiva”, consistindo a natureza da análise económica “em deduções de uma série de postulados, dos quais os mais relevantes são factos quase universais da experiência presente sempre que a actividade humana assume um aspecto económico.” A análise económica reduz-se ao “esclarecimento das implicações de escolher em circunstâncias várias assumidas inicialmente”.

Assim como “na Mecânica pura exploramos a implicação da existência de certas propriedades dos corpos”, assim também —escreve Robbins— “na Economia pura examinamos a implicação da existência de meios escassos com usos alternativos.”

3.— Reflexão crítica

3.1.— O âmbito da ciência económica

Uma observação muito frequente é a de que a definição de Robbins atribui à ciência económica um âmbito demasiado vasto, permitindo incluir na alçada da disciplina todos os domínios em que é aplicável o *cálculo marginal* e o princípio da *racionalidade económica* que lhe subjaz à gestão ou afectação de recursos escassos, domínios que podem estar tão afastados da economia como a estratégia e a tática militares, o desporto de competição, ou a resolução de problemas de circulação automóvel.

Von Mises —que escreveu um livro a que chamou *A acção humana. Tratado de Economia*— advertira já que “a esfera da actividade económica coincide com a esfera da acção racional”. Mas, deste modo, a ciência económica transformou-se em “ciência universal da actividade humana”, em “teoria geral da acção eficaz”, noção que torna difícil o correcto enquadramento da disciplina numa classificação das ciências e que coloca os economistas perante problemas que eles não dominam.

Em Portugal, foi Teixeira Ribeiro quem levou mais longe o esforço no sentido de tornar operativa a noção de Robbins, definindo a nossa disciplina como “a ciência que estuda as escolhas que se traduzem em relações de troca ou as afectam.” Em seu entender, a ciência económica ocupar-

-se-ia apenas das *escolhas* que implicam relações entre os homens ou as afectam; e, de entre estas, apenas das que se traduzem na *transmissão de bens*, desde que se trate de *transmissões voluntárias* (as *transmissões coactivas* constituiriam o objecto das Finanças Públicas), e —finalmente— desde que se trate de transmissões de bens a *título oneroso*.

Creio que estamos perante um ponto de vista tributário da concepção liberal da separação estado/economia e estado/sociedade civil, com o inerente entendimento da actividade económica como assunto que diz respeito aos privados (à sociedade civil). Mas a limitação do objecto da Economia Política parece resultar também, nesta proposta de Teixeira Ribeiro, do entendimento (comum aos marginalistas) de que a análise económica deve deixar de fora o *poder* e as *relações de poder*.

Por outro lado, diz-se que à *Economia Política* pertence o estudo das transmissões voluntárias de bens, enquanto transmissões efectuadas entre indivíduos livres e iguais em direitos. É o próprio Teixeira Ribeiro quem dá este exemplo de *transmissão voluntária*: “foi por sua vontade que o operário transmitiu ao patrão a força de trabalho e foi por sua vontade que o patrão lhe transmitiu o salário. Ambos, pois, fizeram escolhas que se traduziram em transferências voluntárias de bens.”

A meu ver, também neste aspecto a concepção de Teixeira Ribeiro merece reparos, por deixar de lado um aspecto fundamental das economias capitalistas, para o qual Teixeira Ribeiro chama, aliás, a atenção nas suas Lições de 1959: “a diferenciação social entre os que, por serem proprietários, podem viver sem trabalhar e os que, por não o serem, têm de trabalhar para viver.”

3.2.— *As limitações da ciência económica baseada na análise do comportamento do homo oeconomicus*

A ciência económica marginalista centra-se no estudo do comportamento do *homo oeconomicus*, entidade concebida e programada para actuar sempre de acordo com princípios universais de racionalidade económica.

— A partir destas premissas, é lógica —como salienta Claudio Napoleoni— “a intenção de produzir uma ciência económica de carácter universal, isto é, capaz de apreender, na sua generalidade, um aspecto específico da conduta humana, um aspecto que fosse próprio do homem enquanto tal e não meramente do homem desta ou daquela sociedade particular e historicamente delimitada”.

As categorias económicas do capitalismo surgem, assim, como *categorias universais*, independentes das condições sociais próprias de cada período histórico, aparecendo ‘justificadas’ enquanto corolários lógicos daqueles princípios universais de racionalidade económica. E será tanto mais assim quanto mais se aproximar a ciência económica da *praxeologia*, vendo nela a ciência da actividade humana racional. “A apologia das relações de produção capitalistas dissimula-se, então —escreve Oskar Lange—, no modo de tratar as categorias económicas do capitalismo como categorias praxeológicas universais (...), como categorias da actividade humana racional.”

— Outra linha de crítica dirigida à concepção de ciência económica centrada na análise do comportamento do *homo oeconomicus* é a dos que entendem que ela se nega enquanto *ciência social*. Como Hilferding escreveu em 1904 criticando Böhm-Bawerk, “esta teoria económica é a negação da Economia; em última análise (...) é a autoliquidação da Economia Política.” Com efeito, esta *ciência praxeológica* não passa de um “raciocínio circular” (Joan Robinson), reduzida a uma “ciência apriorística”, a um mero “sistema tautológico”

(são expressões de Maurice Dobb), cujas proposições são verídicas (como na lógica e na matemática) desde que não sejam contraditórias com as hipóteses de partida, sem necessidade de verificação empírica. A ciência económica assim entendida “não é mais do que o desenvolvimento de todas as deduções que é possível tirar da circunstância inicialmente admitida de que fins múltiplos e de importância diversa podem ser obtidos com meios escassos, aplicáveis a usos alternativos.” (C. Napoleoni)

O que está em causa é a validade de um paradigma que reduz os homens de carne e osso —que na vida se integram em grupos ou classes sociais interdependentes e interrelacionadas— aos *tolos racionais* (“rational fools”) de que fala Amartya Sen, e concebe a sociedade como um somatório de *indivíduos isolados*, identificando cada um deles com o *homo oeconomicus* *perfeitamente racional*, o “ser abstracto sem paixões nem sentimentos” (Pareto), que actua num espaço vazio, à margem da história, do ambiente cultural, social e institucional, do quadro legal, político e económico.

— O comportamento deste *homo oeconomicus* obedece sempre aos mesmos princípios de *racionalidade*, independentemente da sua inserção na história e da sua inserção social. O *homo oeconomicus* actua através de actos de escolha efectuados de acordo com a mesma lógica operativa, informados por um critério universal e intemporal de *racionalidade económica*, quer se trate de Robinson na sua ilha, de um produtor ou de um comprador, de um trabalhador assalariado ou do seu empregador capitalista, de uma pequena mercearia de bairro pobre ou de um poderoso conglomerado transnacional.

Como salienta Maurice Godelier, uma limitação relevante da teoria económica assente em tais pressupostos consiste, precisamente, no facto de “o princípio de racionalidade ser apresentado como um dado invariante da natureza

humana, como um facto quotidiano e banal da experiência, que remete para um *a priori* não histórico ou trans-histórico.”

Ora, o comportamento segundo o princípio da racionalidade económica (ou do *cálculo económico*), longe de ser um dado invariante da natureza humana, é o produto de um longo processo de desenvolvimento histórico das relações de produção, que culminou com o advento do capitalismo como modo de produção autónomo.

Nas épocas anteriores à civilização capitalista, “no centro de todo o esforço e preocupação estava o homem, medida de todas as coisas” (Werner Sombart). Nesta fase da ‘economia natural’ são múltiplos os fins da actividade económica, que se desenvolve segundo critérios costumeiros, tradicionais.

Com o desenvolvimento da produção de mercadorias para vender no mercado (que Marx sintetizou na fórmula D-M-D’), a actividade produtiva (distinta da actividade para a economia doméstica) passa a prosseguir um objectivo homogéneo, quantificável e mensurável, o *ganho monetário*. Sendo uma grandeza monetária, este ganho é comparável com os custos de produção (D pode comparar-se com D’). Nasce, historicamente, a categoria do *lucro capitalista*. O *homem natural* foi substituído (como diria Sombart) pelo *homem capitalista*, que “busca o lucro racional e sistematicamente” (Max Weber). E, sobretudo, surgiu a *empresa capitalista* como realidade separada da *economia doméstica* do seu proprietário, o que aconteceu, fundamentalmente, com o desenvolvimento das sociedades comerciais e, acima de todas, as sociedades anónimas.

Só então se realizaram as condições indispensáveis para a aplicação plena do *princípio da racionalidade económica*, que corresponde a um certo estágio de desenvolvimento das relações de produção. Para a empresa capitalista, a maximização do lucro é o *único objectivo* a prosseguir e a adopção dos princípios do *cálculo económico* é uma exigência vital para evitar o perigo último da concorrência entre as empresas (a

falência) e para conseguir aquele objectivo. Como Marx observou, o princípio da racionalidade económica surge como “uma força inerente ao capital e como um método próprio e característico do modo de produção capitalista.”

— O conceito de *homo oeconomicus* como *agente racional maximizador* traz consigo, implícito, um certo *entendimento normativo* acerca da natureza humana, representando, por isso mesmo, a afirmação de um *ideal* como se ele fosse uma *realidade*. Este é um procedimento que utiliza a atitude ‘científica’ (a afirmação *do que é*) para ‘justificar’ o ideal que se proclamou como facto, a pretexto de que se está a *explicar a realidade*. E este é um procedimento que não é ‘inocente’, num ambiente cultural caracterizado pela secundarização da filosofia e da teologia perante a ciência, que assim emerge como a única fonte da verdade (cognitiva e normativa).

E é por isso que o conceito de *homo oeconomicus* pode ser entendido como um *conceito normativo*, utilizado para ‘justificar’ e ‘legitimar’ as instituições económicas existentes, (o mercado livre e a propriedade privada), o que confirmaria a tese de que a ciência económica não-marxista sempre inseriu nas suas construções *pressupostos filosóficos acerca da natureza humana*, os quais, consciente ou inconscientemente, forneceram a necessária *justificação moral* do sistema económico e do comportamento que ele exige dos seus agentes.

— Os modelos e as teorias que se baseiam no comportamento do *homo oeconomicus* enquanto *agente racional maximizador* têm provado bastante mal como instrumentos analíticos e de predição. No entanto, a *mainstream economics* continua fiel a esta premissa básica, apesar das críticas de que tem sido objecto.

Creio que Robert Heilbroner tem razão quando sustenta que esta atitude se explica pelo facto de os economistas precisarem de um qualquer tipo de pressupostos acerca do

comportamento dos agentes económicos, para poderem dar corpo às suas teorias. O nível da teoria só se atinge com base na adopção de uma qualquer concepção filosófica acerca da natureza do homem e do seu comportamento.

A teoria económica marginalista parte de “behavioral assumptions” que não reflectem a *incerteza fundamental* que caracteriza o comportamento dos homens e que dificulta o enunciado de *leis absolutas e universais* neste domínio. Mas esta visão reducionista do *homo oeconomicus* como *animal egoísta maximizador*, embora fazendo dele “a bit of a fool” (na expressão de Amartya Sen), oferece à teoria económica marginalista a ‘vantagem’ de poder contar com sujeitos económicos que se comportam com a *regularidade* e a *previsibilidade* dos objectos do mundo físico (o que ajuda a aproximar a *Economics* das ciências da natureza, como é pretensão dos defensores da *teoria económica pura*).

Com base no seu ‘código genético de racionalidade’ (a *escala de preferências* com que é *dotado* à partida o ‘homem racional’ do marginalismo), o *homo oeconomicus* adopta (necessariamente) um comportamento perfeitamente previsível, que se desenvolve de acordo com uma *lei universal* (como as da Física) aplicável a todos os agentes económicos (consumidores, trabalhadores, empresários), e que se traduz no facto de todos procurarem maximizar o resultado pretendido, em coerência com o ‘código de racionalidade’ que se adopta como premissa (os consumidores maximizam a sua utilidade; os trabalhadores maximizam o seu salário; os empresários maximizam os seus lucros).

Este artifício do *homo oeconomicus* permite aos que sobre ele fundam a ‘ciência económica’ aproximar o comportamento dos homens e das instituições por eles criadas e nas quais se integram do *comportamento das agulhas magnéticas* (para utilizarmos o paralelismo feito por Heilbroner). Assim se

prossegue o ideal de fazer da *Economics* uma ciência tão rigorosa e tão objectiva como as ciências da natureza.

3.3. — *A Economia marginalista é incapaz de compreender o capitalismo*

O marginalismo coloca-se na óptica da utilização dos recursos existentes, no pressuposto de que todos serão utilizados o mais eficientemente possível. A subutilização ou a não-utilização de recursos escassos perante necessidades e desejos não satisfeitos não cabe na lógica da teoria marginalista: o equilíbrio é o *equilíbrio de pleno emprego*.

Acontece que o ensaio de Robbins, que associa a natureza e o significado da ciência económica à lei da escassez, foi publicado em 1932, em plena *crise geral de sobreprodução*, num momento em que milhões de pessoas em todo o mundo capitalista não encontravam um posto de trabalho e em que milhares e milhares de empresas faliam por não conseguirem escoar a sua produção. E esta circunstância é por vezes apontada como sinal da incapacidade da 'ciência económica' assim entendida de compreender a lógica de funcionamento do capitalismo e de diagnosticar, explicar e ajudar a resolver os problemas que ele coloca.

Compreende-se, por isso, a conclusão de um estudo editado pela UNESCO sobre a "ciência económica": "As massas de desempregados e as capacidades de produção não utilizadas durante a grande crise fizeram compreender a numerosos economistas que a teoria ortodoxa excluira do seu campo os mais importantes problemas económicos, e que os microinstrumentos da 'lógica da escolha' eram totalmente inadaptados para a análise dos problemas que então se punham à sociedade."

— A Economia marginalista assume-se como a *ciência das relações de troca*, reduzindo-se a esta classificação formal os actos de escolha relevantes para a ciência económica.

Este é um dos pontos sobre que tem incidido a crítica, sobretudo por parte dos autores de inspiração marxista. Uma vez instalada como classe dominante, a burguesia passou a considerar as relações de produção capitalistas como algo de definitivo, inalterável e indiscutível. As concepções burguesas da Economia voltaram as costas à orientação da Economia Política clássica —que fazia do estudo das relações de produção o objecto principal da sua análise— e ignoraram deliberadamente a Economia Política marxista, que faz das relações de produção o elemento essencial de cada modo de produção.

Morto o interesse pelo estudo das relações de produção, a Economia Política burguesa passou a concentrar a sua atenção no problema da formação dos preços no mercado. A este respeito, é elucidativa a noção de *Economia Pura* (por oposição à *Economia Política* clássica) defendida por Walras: “a economia pura é, na sua essência, a teoria da determinação dos preços nas condições de um *hipotético* regime de concorrência livre e perfeita.” [grifei *hipotético*. AN]

A *cadeia de trocas* em que intervêm os *homens económicos racionais*, “nas condições de um *hipotético* regime de concorrência perfeita”, desenvolve-se até que se atinja a *posição de equilíbrio das trocas*, resolvendo-se, através da troca, todos os problemas da produção, da distribuição e do consumo, com a maximização dos resultados em todas as esferas.

A crítica põe em relevo que esta identificação da ciência económica como *ciência das relações de troca* (ou *catalaxia*) encobre a apologia do capitalismo. Reduzindo o seu estudo à análise das relações de troca que se concretizam no mercado, realça-se que as trocas são *trocas de equivalentes* (de outro modo não teriam lugar...), o que significa que as *trocas voluntárias* permitem ultrapassar eventuais conflitos entre interesses divergentes, proporcionando o máximo de utilidade a todos os que delas participam.

“Esta apologia — escreve Oskar Lange — dissimula os interesses de classe contrapostos inerentes às relações de produção capitalistas, apresentando-as como um conjunto harmonioso de relações de troca do qual todas as classes sociais tiram vantagem.” Entre nós, Jacinto Nunes escrevia em 1988, num artigo de opinião sobre “Hayek e o novo liberalismo”, que a catalaxia equivale à ressurreição da mão invisível, com muito de ‘crença’ aceitável num acrescido volume de produção, mas esquecendo que a sua distribuição passa muito a depender do jogo da ‘habilidade’ e ‘sorte’ dos agentes económicos.

— Uma outra crítica fundamental a esta *ciência das trocas* põe em relevo o facto de não se enquadrar no conceito marginalista de *acto de troca* a ‘troca’ fundamental, no quadro das relações de produção capitalistas, que se verifica entre o trabalhador assalariado e o seu empregador capitalista através do *contrato de trabalho*.

Na verdade, a perspectiva marginalista concebe a vida económica como uma sucessão de *múltiplos actos de troca isolados*, realizados entre indivíduos ‘racionais’. Ora a ‘troca’ que se realiza através dos contratos de trabalho (mesmo que se trate de contratos individuais de trabalho) não é *um acto de troca* a que vão sucedendo *outros actos de troca*: os contratos de trabalho destinam-se, em regra, a produzir efeitos ao longo de um determinado período de tempo, durante o qual o trabalhador deve cumprir a sua obrigação de trabalhar sob a direcção do patrão-empregador e este deve cumprir a sua obrigação de pagar o salário ao trabalhador.

A concepção ‘atomística’ das relações económicas como uma *sequência de actos de troca isolados* desvirtua, pois, desde logo, a natureza do regime do salariado.

— Para o marginalismo, por outro lado, as relações entre o empregador capitalista e os trabalhadores assalariados

são entendidas como *meros actos de troca*, idênticos a quaisquer outros actos de troca, os quais concretizam *escolhas* feitas *livremente* pelo empregador capitalista e pelo trabalhador assalariado, de acordo com o mesmo princípio de *racionalidade*, escolhas que traduzem a *livre vontade* do trabalhador assalariado de transferir a sua força de trabalho para o seu empregador e a *livre vontade* deste de transferir para o operário assalariado o respectivo salário.

Ao afastar a preocupação de apurar a verdadeira natureza da ‘troca’ efectuada através do contrato de trabalho, admite-se que o trabalhador pode *escolher* entre utilizar o seu tempo a trabalhar para um patrão ou pura e simplesmente não trabalhar. E admite-se que esta *escolha* é da mesma natureza da *escolha* do empregador capitalista entre, v.g., contratar o operário ou não contratar, entre contratar mais operários ou adquirir máquinas novas.

Fora da análise fica o facto fundamental que caracteriza as relações de produção nas sociedades capitalistas: o facto de os *capitalistas* serem os proprietários dos meios de produção e de os *trabalhadores assalariados* estarem excluídos da propriedade dos meios de produção.

E daqui derivam os críticos a incapacidade desta *teoria pura* para compreender os mecanismos de funcionamento e as categorias económicas próprias de sociedades caracterizadas pela “diferenciação social entre os que, por serem proprietários, podem viver sem trabalhar e os que, por não o serem, têm de trabalhar para viver” (Teixeira Ribeiro), e pela natureza conflituante das relações entre os grupos ou classes sociais em que tais sociedades se estruturam.

Uma tal concepção —claramente reflectida no ensaio de Robbins — é herdeira directa do individualismo dos séculos XVIII e XIX, que, a pretexto de se ocupar dos *indivíduos em abstracto*, esquecia os *homens em concreto* e as estruturas sociais em que eles se integram. Este é um entendimento que vai contra a lição de Adam Smith, que pôs em

relevo a *diferenciação social* acima referida e compreendeu perfeitamente que o *contrato de trabalho* não resulta de *escolhas livres* de ambas as partes e não é um *contrato entre iguais*, dando-se conta de que o *regime do salariedade* é uma categoria própria do capitalismo, inserido na sua lógica, na sua 'racionalidade' específica.

Mas a *ciência das trocas* marginalista, ao conceber as trocas como *trocas de equivalentes* (outra coisa não seria conforme à *racionalidade* dos agentes económicos), e ao considerar uma troca igual a qualquer outra aquela 'troca' que os marginalistas descobrem por detrás do contrato de trabalho, esconde o facto — posto em relevo desde Smith e Marx — de esta ser uma *troca desigual*.

Em primeiro lugar, os trabalhadores não são livres para contratar ou não contratar (o que chama a atenção para a especificidade deste 'contrato', tão específico que, em regra, não é hoje celebrado entre o *indivíduo-trabalhador* e o *indivíduo-patrão*, mas entre o sindicato representativo dos trabalhadores e a associação representativa dos patrões), pela simples mas decisiva razão de que, sendo juridicamente livres de dispor contratualmente da sua força de trabalho, os trabalhadores são também "livres de tudo —como sublinha Marx—, completamente desprovidos das coisas necessárias à realização da sua potência de trabalho". E esta última circunstância transforma aquela *liberdade de contratar* em *necessidade de contratar*: os trabalhadores são economicamente obrigados a trabalhar para sobreviver, ao contrário dos patrões, que podem viver sem trabalhar. Não estão, pois, em *posição de igualdade* os dois permutantes deste tipo de 'trocas' (sem dúvida as mais importantes no seio das sociedades capitalistas, as que constituem a essência do modo de produção capitalista). Adam Smith já tinha mostrado isto mesmo. E, utilizando as suas palavras, poderemos dizer que quem não se dá conta deste aspecto "é tão ignorante do mundo como deste assunto."

Em segundo lugar, sempre poderá dizer-se, com Adam Smith (não é necessário invocar Marx), que “o trabalho de um operário acrescenta geralmente, ao valor das matérias-primas a que se aplica, o valor da sua própria manutenção e o lucro do patrão.” Esta ‘troca’ cria, como se vê, um *excedente* (que os marginalistas eliminaram), o *lucro do patrão* (A. Smith) ou a *mais-valia* (K. Marx).

Em conclusão: esta *ciência das trocas* ‘encobre’, a meu ver, aspectos essenciais das relações sociais de produção que caracterizam as sociedades capitalistas.

— Os puristas da *mainstream economics* — entre os quais Lionel Robbins — baseiam as suas propostas teóricas em pressupostos individualistas e atomicistas, que concebem a realidade como se ela se conformasse com a arquitectura harmoniosa da concorrência perfeita.

No entanto, desde os anos 30 que a teoria económica vem dando conta da existência de vários níveis de ‘liberdade de mercado’, reconhecendo a existência de elementos geradores de verdadeiro *poder de mercado*. Joan Robinson e Edward Chamberlin elaboraram a teoria da *concorrência imperfeita* e da *concorrência monopolista*. Hoje, não pode deixar de se reconhecer que, nos principais mercados do “sistema industrial” (J.K. Galbraith), os grandes operadores que os dominam são *price-makers* e não *price-takers*. A *mão invisível* do mercado foi substituída pela *mão (muito) visível* das grandes empresas ‘monopolistas’, dos cartéis internacionais, dos poderosos conglomerados transnacionais, das grandes empresas públicas, do estado e suas agências.

Vários autores sublinham que, nas condições actuais, quem, verdadeiramente, decide da utilização dos recursos disponíveis não é o mercado mas as grandes empresas multinacionais.

Isto significa que os problemas que se perfilam a este respeito não podem equacionar-se nem obter respostas à margem do sistema político e social que envolve a vida

económica. O que quer dizer que uma ciência que põe no centro de tudo o *homo oeconomicus* inventado para o efeito não tem nada a ver com a realidade social e é incapaz de equacionar e de compreender os problemas que se levantam acerca da utilização dos recursos disponíveis (que não pode deixar de se considerar um problema social).

— As concepções subjectivistas partem da existência de *necessidades individuais* e tomam como objecto da ciência económica a luta contra a escassez, com vista à *satisfação dessas necessidades*.

Ora a verdade é que, nas economias capitalistas, a produção não visa a satisfação das necessidades. “A finalidade da economia capitalista —como escreve Teixeira Ribeiro— resume-se à transformação de certa soma de dinheiro em uma soma de dinheiro maior.” Compreende-se, por isso, que a ciência económica subjectivista seja incapaz de compreender as questões fundamentais que se colocam no quadro do capitalismo, nomeadamente a problemática da chamada *sociedade de consumo*, no seio da qual as necessidades humanas se transformam em “puro produto do sistema.” A análise da *sociedade de consumo* —comenta Hubert Brochier— “é um escândalo para os economistas, desde sempre habituados a raciocinar em termos de funcionalidade, de utilidade. É um desafio às categorias mais incontestadas do pensamento económico e em primeiro lugar à noção de utilidade sobre a qual se encontra alicerçado todo o edifício do marginalismo e do equilíbrio paretiano.”

A Economia entendida como *ciência da escolha* caracteriza o capitalismo como *economia de mercado livre*, no qual a *soberania do consumidor* (a *liberdade para escolher* de que fala Milton Friedman) determina todas as escolhas feitas *livremente* no mercado por *cada um dos indivíduos* que nele actuam, os quais decidem, em último termo, à escala da economia como um todo, *o quê, como e para quem* se vai produzir.

No fundo, o mito da *soberania do consumidor* é um reflexo do mito liberal do contratualismo, que reduz toda a vida em sociedade — nomeadamente a vida económica — a *relações contratuais* livremente assumidas por indivíduos livres, independentes e iguais em direitos, cada um dos quais dispõe de informação completa sobre todas as alternativas possíveis e sabe perfeitamente o que quer.

Para os defensores desta concepção, “a economia de livre empresa é a outra face da democracia.” Como escreveu um autor, “nesta grande e contínua eleição geral da economia livre, ninguém, nem mesmo o mais pobre, é privado do seu direito de voto: estamos todos a votar a todo o momento.” (Enoch Powell)

A *soberania do consumidor* é invocada também para ‘legitimar’ os resultados do funcionamento das *economias de mercado livre* no que toca à distribuição da riqueza e do rendimento. A sua ‘legitimação’ deriva da ideia de que eles são *livremente* queridos e assumidos por todos e por cada um, através da *livre escolha individual*. Von Mises defende expressamente que, “numa sociedade capitalista, a riqueza só pode adquirir-se e conservar-se mediante uma atitude que corresponda às exigências dos consumidores. Assim, a riqueza de prósperos comerciantes é sempre o resultado de um plebiscito dos consumidores e, uma vez adquirida, a riqueza só pode conservar-se se for utilizada da forma que os consumidores considerem mais benéfica para eles.”

Em sentido contrário, invoca-se toda a lógica da *sociedade de consumo*, em que as necessidades são um mero pretexto para vender aquilo que se produz (se não há *necessidades*, inventam-se, e os *desejos* ‘produzem-se’ ao mesmo tempo que os bens). O peso crescente da ‘moda’ e da publicidade na determinação do comportamento dos consumidores dá razão aos que defendem (como Alvin Hansen) que “os desejos dos consumidores deixaram de ser

uma questão de escolha individual”, tendo-se tornado “uma produção de massa.” A realidade quotidiana mostra que, para além de um certo grau de inter-actividade, as grandes empresas criam necessidades e desejos, fabricam as modas, modificam os hábitos de consumo, praticamente à escala do planeta.

Contra a ‘leitura’ da realidade segundo a qual a ‘votação’ efectuada no mercado, dando a todos iguais possibilidades de participar na orientação da vida económica, é a base de um autêntico *governo democrático da economia*, invocam os críticos (Mark Blaug, v.g.) que ela ‘esquece’ o facto essencial de que no mercado se efectua “uma eleição em que alguns eleitores podem votar mais do que uma vez”, porque, no mercado livre, o peso (a influência) do voto de cada consumidor depende do que cada um gasta no mercado, o que, por sua vez, depende da riqueza e do rendimento de cada um.

Os marginalistas dirão que os rendimentos de cada pessoa correspondem à ‘contribuição’ de cada uma para o rendimento da comunidade. Os críticos da teoria da produtividade marginal negam que assim seja. E se não houver uma ‘justificação moral’ para as *diferenças de rendimento* e para a *diferença de natureza* dos rendimentos dos trabalhadores e dos rendimentos dos capitalistas, é inevitável a conclusão de que a ‘votação’ do mercado está viciada à partida e conduz a resultados injustos, que reflectem e ajudam a perpetuar as estruturas (de poder) que geram e mantêm as diferenças de rendimentos. Esta conclusão será ainda mais evidente quando se toma em consideração a riqueza herdada por alguns e o rendimento que dela resulta para os seus titulares pelo simples facto de o serem.

É indesmentível que o volume e a estrutura da procura de bens de consumo são fortemente influenciados pela distribuição do poder de compra entre as famílias (unidades de consumo). Mas as teorias subjectivistas-marginalistas do

equilíbrio de mercado afastam esta questão, pressupondo sempre, numa *perspectiva estática*, que as escolhas dos 'indivíduos racionais' acontecem sempre nas condições da concorrência perfeita ("uma situação em que — esclarece Oskar Morgenstern — ninguém exerce qualquer influência sobre nada, em que não há nem ganho nem perda, em que cada um enfrenta *condições fixas, preços dados*, tendo apenas que se adaptar a eles de modo a obter o máximo individual"), traduzindo-se em saber como gastar, em *dado momento*, perante uma *dada dotação de bens*, um *poder de compra dado*.

Com boas razões, poderá mesmo dizer-se que, afinal, este *rational choosing agent* inventado pelo marginalismo é, nas condições do mercado livre, "um homem sem escolhas". Se quer evitar a morte (falência), ele tem que produzir ao custo mais baixo a que os outros produzem e tem que vender ao preço (dado) do mercado e não pode permitir-se quaisquer motivações (ou fins) não-económicos (a amizade, a compaixão, a responsabilidade social). A sua 'conduta racional' não passa de uma conduta de adaptação às condições *dadas* pelo mercado, com vista ao *fim único* da *maximização do ganho* (a utilidade ou o lucro). É um *homem unidimensional*, que mais parece um *robot* do que um *homem livre*, capaz de assumir *escolhas morais*.

Joan Robinson põe o dedo na ferida quando escreve que a *mainstream economics*, "ao aclamar a 'soberania do consumidor', acaba por perder de vista o problema da distribuição do poder de compra entre a população". É, mais uma vez, a fuga à realidade social e aos seus problemas, também neste aspecto ao arrepio da atitude dos economistas que integram a linhagem Fisiocratas-Smith-Ricardo-Marx, todos empenhados, a seu modo, em compreender a sociedade em que viveram.

J. K. Galbraith é um dos autores que, desde a década de 50, mais lucidamente tem contribuído para a crítica desta

"economics a a system of belief", desta "sedative economics" que persiste na defesa do dogma da *soberania do consumidor*.

Segundo Galbraith, o consumidor não é hoje 'soberano' em qualquer sentido útil. A soberania do consumidor só existe no "mundo dos livros de texto" da *mainstream economics*. Nas sociedades que assentam no "sistema industrial" encontramos *economias planificadas*, nas quais prevalece a *soberania do produtor*. Por isso ele propõe que a ciência económica substitua a perspectiva da *soberania do consumidor* pela perspectiva da *soberania do produtor*, considerando que os produtores são, nas sociedades modernas, grandes e poderosas *organizações produtivas*.

A *soberania do produtor* significa, para Galbraith, a capacidade das grandes organizações empresariais para 'planificar' a economia. E sustenta que "a planificação é inerente ao sistema industrial", porque planificar significa "o exercício sistemático da previsão" e a necessidade deste exercício (i. é, o exercício da *soberania do produtor*) resulta de circunstâncias inerentes à moderna sociedade industrial.

J. K. Galbraith põe em relevo aspectos fundamentais em que a adopção da lógica da *soberania do produtor* conduziria a leituras da realidade e a políticas muito diferentes daquelas que resultam da ciência económica que, persistindo na defesa do postulado da soberania do consumidor, não contribui para esclarecer os fenómenos sociais, antes "oculta a realidade", com "o propósito de suprimir conclusões e acções sociais inconvenientes" e de ajudar a reforçar a *soberania do produtor* que faz por ignorar.

Nestes termos, é esta a alternativa que, segundo Galbraith, se coloca à ciência económica: "A Economia pode permanecer fiel à soberania do consumidor e ser confortável, não controversa, cada vez mais sofisticada nos seus modelos e cada vez mais, e talvez mesmo dramaticamente separada da vida. Ou pode aceitar as implicações do poder do produtor, da soberania das grandes organizações. Então ela será

contenciosa, politicamente perigosa e, durante longo tempo, talvez intelectualmente deselegante nos seus modelos. Mas, em compensação, será relevante para as mais imediatas e importantes questões que se levantam na sociedade industrial."

— Na medida em que pressupõe o funcionamento da economia nas condições da concorrência perfeita, a *mainstream economics* ignora o *poder de mercado*. Mas fora da análise económica ficam igualmente todas as outras formas de *poder*, bem como as *estruturas do poder* e as *relações de poder* que caracterizam a economia e a sociedade capitalistas.

Já os fisiocratas tinham afirmado que "o governo [o estado] deriva da propriedade" e que o primeiro dever do estado é o de "garantir a propriedade, defendê-la contra os usurpadores", "punir, pelo magistério dos magistrados, o pequeno número de pessoas que atentam contra a propriedade de outrem."

A Economia Política clássica deixava transparecer as estruturas do poder implícitas nas relações de produção capitalistas. A natureza e a função do estado capitalista aparecem com nitidez na conhecida reflexão de Adam Smith acerca do *Civil Government*: "Na medida em que é instituído com vista à segurança da propriedade, ele é, na realidade, instituído com vista à defesa dos ricos em prejuízo dos pobres, ou daqueles que possuem alguma propriedade em detrimento daqueles que nada possuem."

Com Ricardo, a sociedade capitalista é caracterizada por uma dinâmica conflitual baseada na distinção entre as classes sociais. Mas é sobretudo com Marx que fica claro que as relações sociais de produção são essencialmente *relações de poder*, se entendermos a dimensão económica do poder como "a capacidade que tem um grupo social de forçar a formação de um excedente e/ou de se apropriar dele" (na formulação de Celso Furtado). Neste sentido, a apropriação do excedente surge, em Marx, como expressão do *poder* de que disfruta a classe capitalista enquanto detentora dos meios de produção.

O *poder* começou a ser ‘esquecido’ como objecto de análise económica com as primeiras representações matemáticas da economia (Walras e Pareto), acabando por ser banido de todas as concepções da ciência económica que a identificam como uma ciência da escolha, uma teoria das trocas ou uma teoria da formação dos preços em (supostos) mercados de concorrência.

Actualmente, as relações económicas, quer no quadro de cada economia nacional quer no plano das relações económicas internacionais, tendem a configurar-se cada vez mais como *relações de poder*. Nestas condições, ganha redobrada força a posição de François Perroux ao condenar a tese dos que excluem da teoria económica a análise do *poder*. Tal tese “coloca-se numa posição *objectivamente e cientificamente* insustentável relativamente às outras ciências sociais. O esquema de base da relação social trata o poder como um factor onnipotente e ineliminável.”

— Um dos pressupostos da Economia marginalista é a consideração do mercado como o *mecanismo* mais eficiente de afectação de recursos escassos a usos alternativos, sendo o sistema de preços o critério de avaliação dessa eficiência. Mais: na medida em que nele se realiza o princípio universal de racionalidade inerente à natureza humana, o mercado é, para os marginalistas, o único instrumento racional de afectação de recursos escassos a usos alternativos.

Mas a adopção deste critério implica, desde logo, que se afastem da análise todas as motivações que não possam ser avaliadas através do padrão de medida da moeda.

Por outro lado, “a afectação eficiente de recursos escassos entre fins alternativos não pode ser efectuada sem um padrão de avaliação. E o facto de o sistema de preços ser um padrão de avaliação particular, nomeadamente aquele que avalia cada dólar do mesmo modo, independentemente da forma que ele tem, não nos deveria cegar —observa M.

Blaug— quanto ao facto de a aceitação dos resultados do sistema de preços concorrenciais ser um juízo de valor.” E isto porque “ o sistema de preços é uma eleição em que alguns eleitores podem votar mais do que uma vez, e a única forma de votar é gastando dinheiro.”

Os críticos desta concepção sustentam, ao invés, que o mercado não é um puro *mecanismo natural* de afectação eficiente e neutra de recursos escassos e de regulação automática da economia. Para quem assim pensa, o mercado deve antes considerar-se, como o estado, uma *instituição social*, um produto da história, uma *criação histórica* da humanidade (correspondente a determinadas circunstâncias económicas, sociais, políticas e ideológicas), que veio servir (e serve) os interesses de uns (mas não os interesses de todos), uma *instituição política* destinada a regular e a manter determinadas *estruturas de poder* que asseguram a prevalência dos interesses de certos grupos sociais sobre os interesses de outros grupos sociais.

Segundo este outro ponto de vista, o mercado e o estado são ambos instituições sociais (“longe de serem ‘naturais’, os mercados são políticos” — David Miliband), que não só coexistem como são interdependentes, construindo-se e reformando-se um ao outro no processo da sua inter-acção.

Nesta óptica, a questão fundamental não é a de saber se deve escolher-se o mercado ou o estado, ou mesmo a de saber qual o peso do mercado e qual o peso do estado (sendo certo que *bom estado* significa algo mais do que *menos estado*). A questão fundamental é a de saber “que espécie de mercados desejamos criar e que espécie de estado queremos desenvolver.” (D. Miliband).

À luz do que fica dito, resulta que a *defesa do mercado* como mecanismo de regulação automática da economia, por oposição à *intervenção do estado* neste domínio e com este

objectivo, não representa apenas um *ponto de vista técnico* sobre um *problema técnico*.

A defesa do mercado é a defesa da *concepção filosófica* liberal que vê no mercado uma instituição natural, autónoma, soberana, capaz de uma arbitragem neutral dos conflitos de interesses, uma instituição que —nas palavras de Hayek— “não pode ser justa nem injusta, porque os resultados não são planeados nem previstos e dependem de uma multidão de circunstâncias que não são conhecidas, na sua totalidade, por quem quer que seja.”

E é a defesa da concepção liberal do estado, entendendo este como instância separada da *economia* e da *sociedade civil* e considerando a *não-intervenção* do estado na economia como corolário da *natureza do estado* enquanto pura instância política.

Uma concepção que —deixando de lado o entendimento dos fisiocratas, de Locke e de Adam Smith— deliberadamente ignora a ‘compreensão’ da natureza de classe do estado (para o dizermos em linguagem marxista), revelando-se incapaz de compreender que a *não-intervenção* do estado na economia é apenas —como os diversos tipos de *intervenção*— uma das formas de o *estado capitalista* cumprir a sua função essencial de garantir as condições gerais indispensáveis ao funcionamento do modo de produção capitalista e à manutenção das estruturas sociais que o viabilizam (no fundo, a *manutenção e consolidação da autoridade e subordinação* a que se referia Adam Smith).

A esta luz, a *defesa do mercado* veicula uma concepção acerca da *ordem social* que se considera *desejável* e configura uma atitude de *defesa da ordem social* que tem no mercado um dos seus pilares. Tal como a *crítica do mercado* (por parte de marxistas, keynesianos, radicais ou ecologistas) veicula um *propósito de introduzir mudanças na ordem social estabelecida ou de a substituir por uma outra ordem social*.

Estamos, pois, no domínio da *filosofia política e social*. E, se bem virmos, tem sido esta a matriz da discussão travada

nas últimas décadas entre 'keynesianos' e 'monetaristas' (divididos quanto à questão de saber se as economias capitalistas são estáveis ou não; quanto à capacidade do estado para pôr de pé adequadas políticas de estabilização; quanto à conveniência ou funcionalidade destas políticas, à luz de diferentes concepções do homem, da justiça social e da organização social e política da sociedade).

— Para quem parte do pressuposto de que as economias capitalistas podem compreender-se e explicar-se através da análise do comportamento dos 'homens económicos' que actuam sempre de acordo com princípios universais de racionalidade económica, é lógica a conclusão de que *o capitalismo é o único sistema racional possível*. E esta foi uma tese defendida nas décadas de 20 e 30 do nosso século por autores como Von Mises, Friedrich Hayek e Lionel Robbins, entre outros. Igualmente lógica é a conclusão de que substituir o capitalismo por um outro sistema equivaleria a renunciar à racionalidade económica. O capitalismo surge, por isso, como *o fim da história*.

De todo o modo, qualquer que seja a resposta que se dê ao problema da racionalidade do socialismo e à validade do socialismo como alternativa ao capitalismo, a verdade é que, dentro dos cânones da ortodoxia dominante, à ciência económica é vedado qualquer juízo específico sobre o modo como a actividade económica decorre nos vários sistemas económicos historicamente realizados, em termos de se poderem comparar uns com os outros, nem mesmo no que se refere à sua eficiência.

O facto de o capitalismo ter gerado um desenvolvimento das forças produtivas muito superior ao registado durante o feudalismo (e que teria sido impossível nas condições deste) não é susceptível, segundo a concepção de Robbins, de qualquer juízo económico. À ciência económica só será lícito apreciar em que medida as regras por que se pautava a vida

económica no modo de produção feudal eram ou não adaptadas aos fins que então se ligavam à actividade económica.

Só uma apreciação desta natureza é possível relativamente ao capitalismo. Não há lugar, portanto, para qualquer juízo comparativo sobre a *racionalidade* (*eficiência*) dos dois sistemas e sobre o significado económico da passagem de um ao outro. Do mesmo modo, a ciência económica nada pode dizer acerca do significado económico da passagem do capitalismo ao socialismo. O único juízo económico admissível consiste tão só na definição dos meios mais adequados para conseguir certos fins que se proponham no âmbito de um ou de outro dos sistemas considerados.

Esta é, se bem vejo, uma limitação importante imposta à ciência económica pelas concepções que aceitam os princípios fundamentais da definição de Robbins. E não faltam os autores que contrariam abertamente este tipo de limitações à análise económica, mesmo autores não marxistas.

É o caso, v.g., de François Perroux, o qual sustenta que “ninguém tem o direito, a pretexto de fazer ciência, de subtrair à análise científica o exame das consequências económicas, favoráveis ou desfavoráveis, da mudança da ordem social.” E isto tanto mais quanto é certo que (é ainda Perroux quem sublinha) “lutar contra a escassez não é apenas aperfeiçoar o mercado (...), é também modificar o regime de mercado e, mais latamente, rectificar as instituições de que o mercado é apenas um aspecto.”

A verdade é que a Economia Política surgiu e afirmou-se como disciplina científica no contexto da passagem da velha ordem feudal para a nova ordem capitalista e —como fica dito acima— a Economia Política de Adam Smith e de Ricardo foi uma ciência *empenhada em transformar o mundo*, em acelerar a dissolução da sociedade feudal, e os conceitos e categorias teóricas da Economia Política clássica não se furtaram à comparação de paradigmas alternativos, antes

evidenciaram a superioridade das relações de produção capitalistas em confronto com as relações de produção feudais e com a regulamentação e os monopólios do mercantilismo.

— Nos dias de hoje, com a entrada em cena dos problemas do *ambiente*, parece irrecusável a consideração de paradigmas alternativos de organização económica e de crescimento económico.

A *mainstream economics* assume a escassez como um *dado fundamental* da vida e faz da escassez a sua categoria identificadora como ciência. Mas é incapaz de se aperceber de que o planeta é hoje o primeiro bem escasso. O que indicia que problemas como o da poluição não cabem na lógica da análise marginalista, que compara *custos e benefícios privados*, mas não é sensível aos *custos sociais* de um crescimento baseado na maximização dos lucros, nem é capaz de comparar *custos sociais e benefícios sociais*.

É que estes não são ponderados no comportamento do *homo oeconomicus* nem podem captar-se através do sistema de preços. Por isso mesmo é que não faz sentido procurar resolver o problema da poluição com base na lógica do poluidor-pagador: há bens que não têm preço, bens cuja perda não é recuperável e não é, por isso, em termos sociais, compensável ou indemnizável.

Os bens postos em causa pela poluição não são bens que possam deixar-se entregues à lógica do mercado. A vida não pode transformar-se numa 'mercadoria' cuja sorte fique à mercê das leis 'cegas' do mercado. Creio que a preservação da vida humana exige cada vez mais uma sociedade diferente da que hoje conhecemos, um tipo de desenvolvimento radicalmente diferente deste "senseless cancerous growth" (W. Weiskopf), um sistema económico que rejeite em absoluto a "mercantilização da vida" (Heilbroner), e que assuma como meta um paradigma de desenvolvimento que não identifique o *mais* com o *melhor*.

— Quero com isto significar que a ciência económica capaz de equacionar e de resolver os problemas colocados pela poluição não pode ser uma 'ciência positiva' que se limita à análise das leis do mercado e que reduz os problemas económicos a problemas de escassez resolvidos pela lei da oferta e da procura através do mecanismo dos preços. Perante problemas como os da poluição, a economia não pode ser uma pura *ciência dos meios*. O desaparecimento da vida humana não pode ser um *fin* aceitável à luz de qualquer critério científico. A ciência não pode ser a negação do homem, antes deve estar ao serviço do bem-estar e da felicidade dos homens. A ciência económica tem que assumir-se como *ciência social*, como *economia política*, como *ciência que parte dos homens* (e não de fantasmas como o *homo economicus*) e se coloca ao serviço dos homens.

Creio também que certos problemas relacionados com o desenvolvimento científico e tecnológico não são equacionáveis nem resolvíveis no quadro de uma teoria económica que coloca no princípio e no fim das suas equações o *homo oeconomicus* concebido como *agente racional maximizador condicionado pela escassez* e que adopta o *princípio maximizador* como critério único de racionalidade e de eficiência.

Já em 1960 Alvin Hansen escrevia que "a automação pode conduzir a produção de bens materiais a um ponto em que a massa da nossa energia produtiva poderá ser consagrada a satisfazer as necessidades do espírito."

Mais recentemente, Ralf Dahrendorf veio falar da necessidade de "transferência de alguns ganhos de produtividade para tempo, em vez de dinheiro, para tempo livre, em vez de mais rendimento."

Creio que esta é uma das questões nucleares que estão em aberto neste tempo de contradições. O desenvolvimento da produtividade resultante do progresso científico e tecnológico permite que se disponha de mais tempo para as actividades do espírito, para as actividades libertadoras do

homem, em vez de o afectar a produzir cada vez mais bens para ganhar cada vez mais dinheiro para comprar cada vez mais bens. O que está em causa, nos países capitalistas industrializados, é a necessidade de encontrar outro modo de organizar a economia e a sociedade, num quadro histórico em que o trabalho, se ainda não é, “ele próprio, a primeira necessidade vital”, começa a não ser somente “um meio de viver” (parafraseando o Marx da *Crítica do Programa de Gotha*).

A ciência económica não pode adiar por muito mais tempo a necessidade de encarar a busca de um outro padrão de racionalidade, que admita, por exemplo, resolver o problema do desemprego a partir da redução do horário de trabalho e do aumento dos tempos livres, em vez de pretender atrasar duzentos anos o relógio da história, agitando o papão dos “tigres asiáticos” e sacrificando tudo no altar da sacrossanta competitividade. Esta é, porém, uma tarefa que a ciência económica marginalista não está em condições de levar a cabo e para a qual não pode dar qualquer contributo.

— A *mainstream economics* considera a *escassez* um *dado fundamental da vida* e faz do *comportamento do homem condicionado pela escassez* o objecto da ciência económica. Resta saber se o *problema da escassez* será o problema central que hoje se coloca à humanidade, apesar dos milhões de miseráveis que a ‘civilização da abundância’ gerou e continua a gerar. Basta pensarmos nos gastos astronómicos da União Europeia para retirar os *excedentes* agrícolas de circulação (e, se possível, para os ‘destruir’ como bens aptos para a sua função normal de bens capazes de satisfazer necessidades das pessoas) ou no famoso *take aside* da nova PAC (a UE paga para que se deixem terras incultas e se reduza a produção, *para evitar os excedentes...*, não para resolver *problemas suscitados pela escassez*).

Se a fome existe (e até vai aumentando), não é porque os meios naturais, humanos e técnicos disponíveis não permitam a produção de alimentos suficientes para alimentar todos

os habitantes do nosso planeta. O problema é outro. E creio que tem sentido a resposta de Amartya Sen quando defende que o facto de haver pessoas que passam fome — e que morrem de fome —, apesar da abundância de bens (ou pelo menos da existência de quantidades suficientes de bens), só pode explicar-se pela *falta de direitos* e não pela *falta de bens*. O problema fundamental não é, pois, a *escassez*, mas a *organização da sociedade*.

Comentando este ponto de vista de Sen, pergunta Dahrendorf: “Porque é que os homens, quando está em jogo a sua sobrevivência, não tomam simplesmente para si aquilo em que supostamente não devem tocar mas que está ao seu alcance? Como é que o *direito* e a *ordem* podem ser mais fortes que o *ser ou não ser*?” [eu é que grifei. AN]

Para os que reduzem os homens ao fantasma do *homo oeconomicus* enquanto *ser capaz de escolhas racionais*, dir-se-ia que os homens, mesmo quando está em causa a sua *sobrevivência*, quando está em causa *ser ou não ser*, *escolhem, racionalmente*, não fazer nada, i. é, escolhem não tomar para si aquilo de que carecem em absoluto e que está ao seu alcance.

Mas é claro que o absurdo desta resposta deixa antever que a questão é outra. Não é uma questão de *falta de bens*, é uma questão de *falta de direitos* (ou de *falta de poder*). A organização económica das sociedades capitalistas representa uma determinada *estrutura de poder*, assente na *propriedade burguesa*. Esta é uma propriedade perfeita e excludente, consagrada pelo direito e garantida pelo estado, que exclui os não proprietários do acesso ao que *está ao seu alcance* mas que *não têm o direito (o poder...) de tocar*. Porque o estado “não tem qualquer outro objectivo que não seja a preservação da propriedade” (John Locke), e é instituído “com vista à defesa dos ricos em prejuízo dos pobres, ou daqueles que possuem alguma coisa em detrimento daqueles que nada possuem”, cabendo-lhe a missão fundamental de “manutenção e consolidação dessa *autoridade e subordinação*” que surgiu nas sociedades humanas com o aparecimento da

propriedade privada (de “propriedades vastas e vastas”) e a “desigualdade de fortuna” [eu é que grifei. AN].

São palavras de Adam Smith, estas últimas. E assim o liberal Adam Smith dá a resposta à pergunta do liberal Dahrendorf: a fome não resulta da escassez de bens, mas de uma organização sócio-econômica garantida pelo poder político e militar de um estado que existe para “defesa dos ricos em prejuízo dos pobres.” O *problema do poder* —completamente afastado da análise econômica pelos marginalistas e por todos os que se integram na *mainstream economics*— parece ser o problema decisivo, não o *problema da escassez*.

Ao equacionar esta problemática, é natural a pergunta de Dahrendorf: “o que seria preciso para *modificar as estruturas de direitos*, de modo a que mais ninguém tivesse fome?” [eu é que grifei. AN] Esta é uma pergunta que a teoria econômica de raiz marginalista não faz, porque não se consente analisar as consequências de uma mudança de ordem social. Mas a própria pergunta parece encerrar a ideia de que é necessário *modificar as estruturas de direitos* (i. é, as estruturas do poder econômico e do poder político).

Mas, se assim é, então a *Economia* marginalista não tem qualquer resposta para este tipo de questões, por deixar de fora da análise o *poder*, as *relações de poder* e as *estruturas do poder*. E, se assim é, têm igualmente de afastar-se, por inadequadas, respostas como a de Milton Friedman: tudo o que a humanidade precisa é de um *mercado livre*, o resto vem por si. É que o *mercado livre* é precisamente um dos mecanismos fundamentais da estrutura de direitos e poderes que se admite ser necessário modificar.

3.4. — É possível uma pura “ciência dos meios”?

Robbins é muito claro na afirmação de que a sua ciência econômica é uma *ciência positiva*, uma *ciência pura*, *neutra* em relação aos fins.

Terá sido Nassau Senior quem pela primeira vez distinguiu a *economia positiva* ("uma ciência pura e estritamente positiva") da *economia normativa* ("uma arte da economia, impura e inerentemente normativa").

Também John Stuart Mill e depois David Hume apresentaram propostas semelhantes. A afirmação deste último, segundo a qual "não se pode deduzir o dever ser do ser", ficou conhecida por *guilhotina de Hume*, porque ela estabelece uma separação radical entre positivo e normativo, entre ser e dever ser, entre factos e valores, entre objectivo e subjectivo, entre ciência e arte, entre juízo de verdadeiro ou falso e juízo de bom ou mau.

No final do séc. XIX, a questão da *Wertfreiheit* (i.é, a possibilidade de uma ciência económica isenta de valores, imune à interferência de juízos de valor) esteve presente na famosa *luta dos métodos* ("Methodenstreit"), uma controvérsia entre os adeptos da Escola Histórica Alemã (representada por Gustav Schmöller) e os representantes da Escola Subjectivista de Viena (encabeçada por Carl Menger). Os primeiros valorizavam a *perspectiva histórica* e a *compreensão* da economia e da sociedade, com a inerente *valoração* da evolução verificada, considerando-se esta valoração como um elemento indispensável do estudo 'objectivo' da economia e da sua 'essência'; os segundos defendiam uma teoria estritamente empírica, analítica e dedutiva.

Mas foi com a "revolução marginalista", a partir do início da década de 70 do século passado, que a nova corrente subjectivista-marginalista-neoclássica começou a defender sistematicamente, como verdade indiscutível ('científica'), o seu carácter *científico, objectivo, neutro* em relação a valores éticos ou políticos, com o objectivo de separar a sua 'ciência' das 'doutrinas' socialistas (em especial o marxismo) que tinham surgido a partir da Economia Política clássica.

A própria afirmação da sua *neutralidade* e do seu carácter 'científico' e 'apolítico' não é alheia a objectivos de natureza

ideológica e política. A reivindicação para a *nova ciência económica* subjectivista-marginalista (depois consagrada sob a designação de *Economics*) dos métodos e dos padrões de validade científica aplicados às ciências físicas buscava para ela a 'credibilidade' que o *cientismo* da época outorgava às ciências da natureza. Ao mesmo tempo, a adopção de uma *perspectiva a-histórica* orientada para a descoberta de princípios de comportamento, categorias teóricas e *leis de validade absoluta e universal* foi um meio de subtrair ao estudo da ciência económica os grandes temas da Economia Política clássica que, com Marx, começaram a pôr em causa a aspiração da 'ordem burguesa' à eternidade.

Actualmente, muitos economistas —entre os quais dois prémios Nobel, Milton Friedman e Georges Stigler— defendem a distinção entre *Economia Positiva* e *Economia Normativa*, querendo significar que só pode falar-se de ciência (= ciência positiva) quando o cientista, enquanto cientista, se limita a analisar *o que é*, sem se ocupar do que *deve ser* (a análise do *dever ser* seria necessariamente tributária de valores e, portanto, não científica).

Milton Friedman defende que a *Economia Positiva* é "uma ciência 'objectiva', precisamente no mesmo sentido de qualquer das ciências físicas", uma ciência que "é, em princípio, independente de qualquer particular posição ética ou de juízos normativos."

Poderá surpreender que este purismo 'cientista' a respeito da ciência económica venha de um autor que assenta o fundamental dos seus trabalhos em postulados como estes: as economias capitalistas são essencialmente estáveis; o *melhor caminho* para assegurar o máximo de crescimento económico e o melhor nível de vida para todos é o funcionamento, sem entraves, do *mercado livre* (tanto nos países 'desenvolvidos' como nos países 'subdesenvolvidos'); a intervenção do estado na economia e a regulação das relações económicas pelo estado e pelo direito é sempre um *mal* (salvo quando propõe

que seja a Constituição a impor a sua "constant growth rate rule" no que se refere à oferta de moeda); a inflação é um *mal* muito pior que o desemprego, porque a inflação é uma ameaça à "economia de livre mercado" (assumida como um *valor a defender*) e à liberdade individual no plano político (esta equivalência entre economia de mercado e democracia política não é propriamente um *facto*).

Quem pode negar que o *economista positivo* Milton Friedman é um economista profundamente tributário de *juízos de valor* e de *concepções ideológicas*? E não é de admirar que assim seja, se tivermos presente a lição de autores tão importantes como Gunnar Myrdal, Maurice Dobb e Joan Robinson. Escreveu o primeiro que, "do ponto de vista das suas origens ideológicas, a Economia Política é uma grandiosa tentativa de demonstrar, em termos científicos, o que deve ser". Dobb sustenta que "a Economia Política nasceu como uma apologética de certa ordem social e continua a ser uma apologética." E a Sr^a. Robinson não quer significar coisa diferente quando defende que a Economia "foi sempre em parte um veículo da ideologia dominante em cada período e em parte um método de investigação científica."

Com a sua defesa do *princípio da Wertfreiheit*, Max Weber pretendia evitar, no fim de contas, que nos trabalhos científicos se misturassem opiniões de natureza ética ou política com afirmações de carácter 'técnico' e, sobretudo, que se promovesse a aceitação daquelas sob a capa de proposições de índole científica, avalizadas pelos 'prestígio' de quem as emite enquanto especialista.

Não se contesta o mérito desta preocupação. Mas a verdade é que os cientistas são também —e acima de tudo— seres humanos "cujo pensamento e cuja linguagem são influenciados por elementos cognitivos e emocionais que não são facilmente separáveis." (Kurt Rothschild)

E esta circunstância é que leva vários autores —com

particular destaque para Gunnar Myrdal— a defender a impossibilidade de uma *Wertfreiheit absoluta* e a admitir que elementos ético-valorativos entrem na análise económica (o que, em certos casos, pode até ser desejável), imputando aos investigadores o dever (ético e científico) de esclarecer aberta e explicitamente as premissas de que partem, no plano dos valores, as quais, seja qual for o grau de consciência ou a intenção de cada investigador, influenciam a escolha dos temas a investigar e levam à inserção de elementos normativos nas teorias elaboradas. Só deste modo não se corre o risco de se fazer passar as concepções filosóficas de que se parte por resultados obtidos através da análise científica.

A este respeito, Gunnar Myrdal (Prémio Nobel da Economia) não hesita em afirmar que “nunca existiu uma ciência social ‘desinteressada’ e, por razões lógicas, nunca poderá existir.” Na sua opinião, a “única forma de podermos atingir a ‘objectividade’ na actividade teórica consiste em expor claramente as valorações, torná-las consistentes, bem definidas e explícitas, permitindo que os seus efeitos condicionem a nossa investigação, mas de uma forma clara.”

E o economista sueco explica: “A elucidação das nossas visões e a definição das nossas específicas premissas de valor são mais obviamente imperativas e ao mesmo tempo mais fáceis se não compreendermos que não devemos esperar ingenuamente que as nossas ideias, mesmo no domínio da investigação científica, não são condicionadas por nenhum outro elemento que não seja o nosso anseio de buscar a verdade.”

Um outro crítico do princípio de uma *Wertfreiheit absoluta*, Robert Heilbroner, defendeu (num importante ensaio publicado na revista *Social Research*) que, dada a especial relação do investigador com o objecto da investigação no âmbito da ciência económica, a interpretação da realidade será sempre impregnada de valores, tornando-se a defesa de

valores um *elemento inseparável* —na verdade, um *elemento desejável*— da investigação científica, qualquer que seja o grau de consciência dos investigadores relativamente a este ponto. Segundo Heilbroner, “a Economia não é e não deve ser isenta de valores”. Por isso ele defende que os economistas não devem definir como objectivo uma análise isenta de valores. A sua obrigação enquanto cientistas traduz-se no dever de esclarecerem os seus leitores acerca dos *pressupostos filosóficos* da sua análise, e no dever de explicitarem os *juízos de valor* que os inspiram, em vez de os fazerem passar por *leis inerentes à natureza das coisas* ou por *verdades científicas inatacáveis*.

Se houvesse tempo, seria bom acompanhar o raciocínio e os argumentos de vários outros autores cujas conclusões não andam longe das que ficam enunciadas. Recordarei Schumpeter, Joan Robinson, Maurice Dobb, Homa Katouzian, Kurt Rotschild, Mark Blaug, entre outros. A propósito desta questão de saber se é possível atingir uma ciência económica que seja uma *pura ciência dos meios, neutra em relação aos fins*, referirei apenas François Perroux, o autor em que mais frontalmente vi defendido o ponto de vista de que “é impossível uma ciência humana dos meios puros, separados dos objectivos e dos valores”, porque “uma ciência dos meios não pode estudá-los com precisão e exactidão deixando de lado as finalidades que eles revelam.”

A pretexto da distinção entre os *dados* e as *variáveis*, o que se pretende —escreve Perroux num ensaio sobre *Poder e Economia*— é deixar de fora da análise do economista elementos como “o regime de propriedade e as regras do jogo social, as relações entre poderes sociais.” Deste modo, o economista elabora *conceitos implicitamente normativos*, “sendo a norma, neste caso, a combinação das regras do jogo que servem a ‘parte superior’ da sociedade, os seus interesses económicos e a duração do seu poder.” A lógica moderna —conclui François Perroux— condena a distinção simplista segundo a qual a economia é uma *ciência dos meios* e não uma

ciência dos fins: “se os fins estão de fora do alcance dos economistas, eles poderão ficar reduzidos à aceitação da ordem social existente (...), confundida com a *ordem social* sem epítetos”. Como corolário, espregueia o risco — denunciado por Samuel Bowles — de os economistas se verem transformados nos “novos servidores do poder.”

— A pretensa *neutralidade* da ciência (ou dos cientistas) é, aliás, contestada por alguns autores no próprio plano da metodologia científica.

Homa Katouzian admite que os investigadores podem ser indiferentes relativamente a certos problemas. Mas defende que a *indiferença*, a *neutralidade* (*hoc sensu*) é ela própria uma *posição moral*, significa um *juízo de valor*, sendo certo que a neutralidade (a indiferença, a imparcialidade) não é, em si mesma, sem ter em conta o respectivo contexto, nem necessariamente correcta nem necessariamente superior a um empenhamento consciente.

— Robert Heilbroner e Homa Katouzian mostram, por outro lado, que o *pressuposto maximizador* em que assenta a construção subjectivista-marginalista é a negação da *neutralidade* que se invoca.

Este pressuposto casa-se perfeitamente com o ponto de vista dominante de que *mais é melhor*. Nestes termos, o pressuposto da maximização confere uma certa autoridade ‘científica’ às afirmações correntes nos manuais da *mainstream economics* segundo as quais o consumidor que atinge o cume da sua curva de indiferença fica mais (melhor) satisfeito do que aquele que se queda num ponto mais abaixo, ou segundo as quais uma economia com uma taxa de crescimento elevada oferece necessariamente melhor nível de bem-estar do que outra com uma taxa de crescimento mais baixa.

Deste modo, o comportamento maximizador transforma-se numa *norma de conduta*, num *padrão de comportamento*.

E, para quem aceite que *mais não significa necessariamente melhor* (ponto de vista que parece impor-se cada vez mais), este tipo de comportamento não passa da última versão do benthamismo, segundo a qual “alfinetes, poesia e poluição é tudo a mesma coisa, desde que sejam contabilizados no PNB.” (Heilbroner)

Em todo o caso, parece irrecusável a conclusão de R. Heilbroner de que a adopção do *pressuposto da maximização* significa, inequivocamente, a penetração de *juízos de valor* na teoria económica que o adopta como ponto de partida.

O facto de a “teoria económica ortodoxa” adoptar o pressuposto maximizador como critério da *eficiência na afectação dos recursos* significa que aquele critério e este objectivo são os únicos *escolhidos* por esta perspectiva da teoria económica. E a escolha do objectivo da afectação racional (eficiente, maximizadora da utilidade) de *recursos dados* como único objectivo social é o argumento utilizado por Homa Katouzian para afirmar que a teoria económica ortodoxa, longe de ser neutra em relação aos fins —como faz gala em se afirmar—, é selectiva, parcial e influenciada por juízos éticos.

Ao eleger o objectivo da afectação *eficiente* dos recursos produtivos, a teoria económica marginalista está a ignorar arbitrariamente outros objectivos sociais (v.g., um nível de vida mínimo *decente*; uma distribuição do rendimento *justa*; condições de trabalho *agradáveis*; um ambiente *saudável*) indiscutivelmente relevantes e, para certos grupos sociais, mais importantes que quaisquer outros. Ao desvalorizá-los perante o único objectivo tido em conta, a Economia marginalista está a adoptar (implicitamente) o *juízo ético* segundo o qual a sociedade *deve valorizar* este objectivo *mais* que os outros, ou deve considerá-lo *preferível* aos outros (subtraídos, em nome desse juízo ético, à esfera da investigação ‘científica’ e relegados para o domínio sem dignidade das ‘opiniões pessoais’).

3.5. — *A Economia é uma ciência?*

Esta pergunta não é uma simples figura de retórica. De um modo ou de outro, ela tem sido formulada por muitos e importantes economistas. E o facto de ela ser formulada já indicia que há aqui um problema que é necessário encarar. Basta dizer que John Hicks utilizou a pergunta enunciada como título de uma comunicação que apresentou em 1983, num encontro de laureados com o Prémio Nobel.

— Alguns autores levam tão longe a afirmação da Economia como ciência sem epítetos (uma ciência como as outras, i.é, como as ciências ditas exactas) que acabam por negar a atitude de humildade intelectual que deve caracterizar o espírito científico, desrespeitando mesmo as restantes ciências sociais. É elucidativo, a este respeito, o seguinte episódio passado com o Prémio Nobel Georges Stigler e relatado pelo próprio numa sessão pública da *American Economic Association*.

Um colega de Stigler, professor de Ciência Política, questionava-se, em conversa com ele, acerca da razão de haver um Prémio Nobel da Economia e não haver um Prémio Nobel para nenhuma das outras ciências sociais. “Disse-lhe —comenta Stigler— que eles já tinham um Prémio Nobel da Literatura.”

Esta ‘história’ fala por si. Deixo-a sem comentários.

— Mas nem todos os economistas se apresentam tão seguros de si e da sua disciplina.

A resposta de Hicks à pergunta há pouco enunciada é a de que “a Economia está na fronteira da ciência e na fronteira da história.” Está *na fronteira da ciência* porque pode utilizar métodos científicos ou quase científicos. Mas, segundo Hicks, *a Economia não passa da fronteira da ciência*, porque as experiências que analisa são constituídas por informação respeitante ao passado —“os

registos do passado são os fenómenos"— e têm, por isso, muito de não repetitivo ("os aspectos da vida económica que precisamos de seleccionar a fim de produzir teorias úteis podem ser diferentes em épocas diferentes").

Daí a conclusão de Hicks no sentido de que "a economia não está no tempo, e, portanto, na história, da mesma forma que a ciência": as predições económicas "colocam-se no tempo, no tempo histórico, de uma forma diferente da que corresponde à maior parte das predições científicas." Embora aceite que a análise económica tem um certo paralelismo com o trabalho do cientista, Hicks defende que "há talvez um paralelismo mais estreito com o trabalho do historiador. Não do historiador estritamente narrativo, que não procura explicações, mas do género de historiador mais elevado ou mais ambicioso, que procura explicar."

Na 5ª edição (1991) do seu notável manual, Baumol e Blinder escrevem que "a Economia apresenta algo de desdobramento da personalidade." E explicam: "Embora ela seja claramente a mais rigorosa das ciências sociais, apresenta-se decididamente mais como 'social' do que como 'científica', quando comparada, digamos, com a física."

Esta 'dupla personalidade' da ciência económica aparece reflectida em vários autores, que a consideram "simultaneamente a mais artística das ciências e a mais científica das artes."

Walter Weiskopf coloca a questão desta forma: "A ciência económica pertence às disciplinas sociais que lidam com seres humanos e com a condição humana. Como tal, a ciência económica é um misto de ciência e de ética, e pouco importa se entendemos que ela é uma ciência com implicações normativas ou um *ethos* com fundamentos científicos." Já Keynes defendera, aliás, que "a Economia é essencialmente uma *ciência moral* e não uma ciência natural."

Defendem outros (Alessandro Vercelli, v.g.) que a Economia Política deve ser entendida como uma "disciplina

não-euclidiana, i.é., não demonstrativa.” E isto porque “as suas conclusões são de natureza probabilística e não podem ser apresentadas com certeza.” A ciência económica surge, assim, como uma espécie de *disciplina argumentativa*, na medida em que “a sua finalidade — observa Vercelli — pode ser apenas a de persuadir e não a de demonstrar seja o que for de modo conclusivo.”

Paul Samuelson exprime com clareza esta mesma ideia. “A Economia — escreve ele — não é uma ciência exacta. Assim, eu não posso provar a correcção deste resultado pelo processo através do qual se prova o Teorema de Pitágoras ou se confirma a constância da velocidade da luz.” E na 14ª edição do seu manual (com a colaboração de William Nordhaus) podemos ler esta afirmação : “O objecto da Economia é bem antigo e honrado, continuando a crescer e tendo ainda um longo caminho a percorrer antes de se aproximar do estatuto de ciência com uma precisão aceitável.”

Christian Stoffaës defende que a Economia se apresenta como “a disciplina (...) mais próxima do sagrado.” Porquê? Porque ela pretende “dar a caução da ciência e fornecer conclusões indiscutíveis e absolutas a uma matéria que, mais do que qualquer outra, deveria submeter-se ao debate contraditório e ao juízo relativo.” Um livro editado há poucos meses (1994) por Geoffrey Brennan e A. Waterman intitula-se precisamente “Economics and Religion: Are They Distinct?”.

— Sem dúvida que o facto de a Economia ser uma *ciência humana* (uma *ciência social*) traz alguns problemas específicos.

Creio que “não se pode fundar uma ciência do homem independentemente de um projecto acerca do homem.” Isto é: toda a teoria económica pressupõe uma dada *concepção do homem*. Por isso penso que Stoffaës tem razão quando defende que “há sempre uma profissão de fé escondida quando uma

doutrina se proclama ideologicamente neutra” e quando alerta para que, “tanto como da tentação ideológica, os economistas devem desconfiar da sua tentação de quererem construir uma ciência ‘cientista’, autónoma e objectiva, desligada de toda a ingerência política e doutrinal.”

Na nossa disciplina, o investigador está ele próprio implicado no objecto da sua investigação. Os temas escolhidos pelos economistas para sobre eles incidir a investigação “dependem, no mais alto grau, da sua própria situação na sociedade, da sua psicologia, da sua história pessoal, das suas aspirações políticas. O seu ângulo de visão da sociedade não pode ser neutro e reflecte a sua própria ética, a sua esperança de *transformar a sociedade* ou, pelo contrário, de a *conservar* tal como é.” (Ch. Stoffaës. Eu é que grifei. AN)

No mesmo sentido, Robert Heilbroner observa que os cientistas sociais “fazem parte de uma determinada ordem, têm um lugar dentro dela, beneficiam dela ou perdem com ela, e vêem o seu futuro ligado ao seu sucesso ou à sua falência. Perante este inevitável facto social, uma atitude de total ‘imparcialidade’ relativamente ao universo dos eventos sociais é psicologicamente não-natural (contra-natura) e, muito provavelmente, conduz a uma posição de hipocrisia moral.”

Heilbroner arrisca mesmo a afirmação (que se aproxima de uma confissão) de que “todos os cientistas sociais abordam os seus trabalhos de investigação com o desejo, consciente ou inconsciente, de demonstrar a praticabilidade ou a impraticabilidade da ordem social que estão a investigar.” E defende que “não é indiferente, para o neoclássico ou para o marxista, que os dados que obtêm se ajustem às hipóteses que está a testar, e cada um luta fortemente para ‘justificar’, para minimizar ou para rejeitar os resultados que vão contra os seus pontos de vista iniciais.”

Perante o que fica dito, parece avisado admitir que a Economia, “sendo uma ciência social e política, que trata do

governo dos homens, corre também o risco de se transformar em ideologia, o risco de servir de instrumento de propaganda às ambições dos homens, dos grupos sociais e das nações.”(Ch. Stoffaës)

— Com base na natureza do objecto da ciência económica, sustentam alguns autores não ter fundamento a distinção entre *economia positiva* e *economia normativa*. “A economia positiva não existe — escreve Homa Katouzian. (...) A Economia é uma ciência normativa, prescritiva.”

“Desde os fisiocratas, de resto, a ciência económica esteve sempre no centro do debate sobre a escolha do modelo de sociedade” (Henri Denis). Porque a ciência económica é, por natureza, uma *ciência prescritiva* ou *normativa*: as suas propostas teóricas têm em vista conseguir os *melhores* métodos para atingir objectivos públicos ou privados, assumidos como *objectivos desejáveis*.

Creio que a presença dos *valores* na análise científica não é uma característica específica das ciências sociais. Passa-se o mesmo com as ciências naturais.

Se se considera correcto o ponto de vista segundo o qual o *processo científico começa com a observação*, não se vêem argumentos capazes de defender que as teorias científicas podem ser inteiramente isentas de valores. Em primeiro lugar, os dados da realidade têm que ser *seleccionados*, o que implica um critério (produto do espírito humano) para definir o que é relevante e o que o não é; em segundo lugar, os dados seleccionados para observação têm que ser *tratados* ou *processados* de acordo com métodos empíricos e analíticos que são outro produto do espírito humano e que são *escolhidos* pelo investigador; em terceiro lugar, a *observação* dos factos não pode ser isenta de valores, porque não há *observadores puros*: a observação passa sempre pelo *espírito do observador*, i.é, a observação é mediatizada pela experiência da vida,

pelos gostos, pelos conhecimentos, pelas concepções do observador. Por isso é que ninguém espera que dois repórteres que observam os mesmos factos, com espírito aberto e inteira honestidade intelectual, dêem deles a mesma imagem (i.é, façam deles a mesma 'leitura').

Para quem defenda que o processo de análise científica se inicia com a *formulação de hipóteses a priori*, não há maneira de fugir à conclusão de que toda a ciência está impregnada de *subjectividade*, porque todas as *hipóteses a priori* são, por definição, produto do espírito do investigador. Elas podem revelar-se correctas ou incorrectas, mas tal não tem que ver com a honestidade ou a desonestidade intelectual do investigador. E poderemos dizer que sem este elemento subjectivo (a *visão* de que fala Schumpeter) não é possível desenvolver qualquer processo de elaboração científica.

Edgar Morin tem, pois, inteira razão quando defende que "seria um erro grosseiro sonhar com uma ciência purgada de toda a ideologia, na qual reinasse apenas uma única visão do mundo teoricamente verdadeira. De facto —defende o filósofo— o conflito das ideologias, dos pressupostos metafísicos (conscientes ou não) é uma condição *sine qua non* da vitalidade da ciência." Isto é válido para todas as ciências, e, por maioria de razão, para a ciência económica.

No que respeita a esta última, seja-me permitido invocar aqui a autoridade de Mrs. Robinson para defender, com ela, a ideia de que "a ciência económica não pode escapar nunca à ideologia" e de que, como em toda a actividade humana e em toda a actividade de investigação, "há sempre uma *direita* e uma *esquerda*, perspectivas ortodoxas e radicais, defesa do *status quo* e exigência de mudança."

Mas o facto de se aceitar que a ciência económica não está isenta de valores e é influenciada por determinadas *concepções filosóficas* acerca do homem e por determinadas *concepções políticas* acerca da organização da sociedade e da economia, não significa que se ponha em causa o seu estatuto

científico. Tal não impede a nossa disciplina de adoptar os *cânones do procedimento científico*. Ela pode e deve fazê-lo.

A “ética da investigação” (Kurt Rothschild) obriga os investigadores no domínio da ciência económica a não se dispensarem de procurar a verdade e de o fazerem seguindo procedimentos que respeitem a honestidade intelectual e as ‘regras do jogo’. A ninguém é lícito esconder factos ou argumentos e muito menos falsificar ou manipular os dados de que dispõe, que devem ser analisados de acordo com as *leges artis* reconhecidas pela comunidade científica, tendo talvez como meta o ideal da *objectividade* (que, por certo, dificilmente poderá ser alcançado).

O que se diz atrás significa que os economistas, enquanto cientistas sociais, não podem (não devem) ignorar que o seu trabalho de investigação sofre sempre a influência dos seus próprios valores e também dos valores dominantes, e devem, tanto quanto possível, tornar claros os pressupostos filosóficos de que partem.

E significa também que o reconhecimento destas influências não tem que pôr em causa a validade científica dos resultados da investigação levada a cabo. Adam Smith, Ricardo, Marx e Keynes assumiram expressamente as *concepções filosóficas* e até os *objectivos políticos* que procuravam atingir com os seus trabalhos e as suas propostas teóricas. E ninguém lhes recusará um lugar cimeiro na história da ciência económica. Para falarmos apenas do exemplo de Keynes, é sabido que ele não se coibiu de afirmar abertamente que as suas propostas visavam “evitar a destruição completa das instituições económicas actuais” (i.é, do capitalismo) e permitir “um feliz exercício da iniciativa individual.” Este *economista comprometido* não deixou de ser um dos mais importantes teóricos do século XX. Em suma: o facto de as teorias económicas serem elaboradas tendo em vista determinados fins e serem utilizadas ao serviço de determinados objectivos de natureza político-ideológica não lhes retira, só por si, o seu carácter científico.

Não deixo, porém, de partilhar com Don Patinkin a 'angústia' com que nos dá conta da consciência que foi adquirindo de que o próprio trabalho de investigação empírica está fortemente condicionado (na prática, parece que determinado...) pelos pressupostos de que partem os investigadores e até pelas suas concepções em matéria de política económica. "O que provoca em mim uma grande dose de cepticismo acerca do estado da nossa disciplina — escreve Patinkin — é a muito elevada correlação positiva entre os pontos de vista sobre política económica de um investigador (ou, o que é pior, do seu orientador de tese) e os resultados empíricos a que chega. Começarei a acreditar na Economia como ciência quando sair de Yale uma tese de doutoramento de natureza empírica a demonstrar a supremacia da política monetária em qualquer episódio histórico, e quando sair de Chicago uma tese que demonstre a supremacia da política financeira."

— Muitos autores têm associado à Economia matemática a ideia de uma 'cientificidade' indiscutível. Para muitos deles, há uma *Economia científica*, e essa é a *Economia matemática*. Entre eles contam-se os que sustentam que "science is measurement" e defendem que a economia é susceptível de medida e é, portanto, 'cientificável' ou 'objectivável'.

Foi Karl Popper quem escreveu que "o êxito da Economia matemática mostra que pelo menos uma ciência social já passou pela revolução newtoniana."

John Hicks defende um ponto de vista diferente do de Popper. Considera a *economia matemática* um "ramo da matemática aplicada", mas sustenta que "a matemática não é uma ciência", porque "tem que ver com conceitos e relações entre conceitos, não com fenómenos", porque "as suas proposições são logicamente verdadeiras: não precisam de observações que as confirmem." Daí que, segundo Hicks, o facto de a economia matemática ser um ramo da matemática aplicada "não significa que ela deva ser considerada ciência."

Outros autores consideram que a Economia matemática se tem traduzido em alterações (quase) meramente formais ou notacionais, negando que a utilização da matemática na análise económica tenha gerado qualquer mudança que “possa genuinamente considerar-se como uma ‘revolução newtoniana’” e sustentando que “não é razoável sugerir que algo deste tipo vá ocorrer no futuro previsível.” (T.W. Hutchison).

As reservas à Economia matemática surgiram, de resto, desde muito cedo. Logo na recensão da *Mathematical Physics*, de Edgeworth, Alfred Marshall deixava o alerta: “será interessante ver até que ponto o autor conseguirá impedir que a matemática corra com ele, fazendo-o perder de vista os factos económicos reais.” Esta preocupação de Marshall será, aliás, partilhada por todos os que, com Bertrand Russel, entendem que a matemática é a disciplina em que “deixamos de saber do que estamos a falar e deixamos de saber se aquilo de que estamos a falar é verdadeiro.”

É conhecido também o desdém que Keynes manifesta na *General Theory* relativamente aos “métodos pseudo-matemáticos” que, a coberto de refinada modelística, se revelam “tão inferiores como as suas hipóteses iniciais” e “permitem aos autores esquecer, no labirinto de símbolos vãos e pretensiosos, as complexidades e as interdependências do mundo real”, conduzindo a uma teoria económica construída dedutivamente a partir de pressupostos assumidos muitas vezes por razões de *simplicidade e elegância* e não por se adaptarem à realidade da vida.

À ideia de que a Economia (nomeadamente a Economia matemática) é uma disciplina científica porque o seu objecto é susceptível de medida respondem, com razão, os que pensam que, “no homem, o que não se mede é mais importante do que aquilo que se mede.” É o caso de Jean Marchal, que sublinha que “a teoria pura de hoje, filha da ciência do século XIX e neta do racionalismo do Renascimento, esquece-o talvez demasiado.”

E de muitos lados vem a crítica de que as complexas técnicas analíticas apoiadas na matemática e os modelos altamente formalizados deixam de fora factores não-económicos que são estratégicos para a abordagem adequada de muitos problemas dos nossos dias, em cuja análise a *quantificação* deve dar lugar à *compreensão*, valorizando menos as *relações de causalidade* do que as *relações de interdependência*, inseridas numa realidade em permanente devir e enraizadas no ambiente histórico-cultural que caracteriza cada comunidade.

Gerald Meier é de opinião que, "quanto mais avançada e mais rigorosa é a análise económica, menos é capaz de ter em conta elementos não-económicos." E conclui que, "apesar dos —ou antes, por causa dos— esforços dos economistas matemáticos, precisamos de lembrar que a Economia é, não obstante, uma ciência social, e que pode valer a pena perder algum rigor e precisão na análise para introduzir políticas mais praticáveis."

É a crítica a um certo 'diletantismo', que muitas vezes se deixa encandear pelo brilho da técnica matemática, com riscos de transformar o seu refinamento num fim em si mesmo (uma espécie de *matemática pela matemática*) ou numa actividade de puro deleite intelectual. E estes não são riscos hipotéticos ou imaginários. John Hicks confessa que "muita da teoria económica é prosseguida por uma razão não melhor do que a sua atracção intelectual; ela é um bom jogo."

A crítica ao 'abuso' da utilização da 'tecnologia' matemática na análise económica leva alguns autores (Alan Abouchar, v.g.) a denunciar o vício de muitos economistas, cuja preocupação deixou de ser a de escrever os seus estudos em inglês, em francês ou em português, mas a de os *escrever em matemática*. Homa Katouzian observa que o deslumbamento com as possibilidades das técnicas matemáticas vem substituindo a literatura económica por aquilo que ele chama *mathature* (em vez de *economic literature*).

Entre nós, um economista com vivência acadêmica e com inserção na vida prática expõe assim a receita em voga “para se escrever um apreciável artigo sobre tema de economia”: “1º Ensaia-se o texto sob forma literária; 2º Hermetiza-se, em primeira instância, passando para linguagem matemática: explicita-se o corpo de premissas; adopta-se o código da simbologia, de preferência com letras gregas e muitos índices e subíndices nas variáveis; especificam-se algumas funções submetidas a derivadas parciais e integrais múltiplos; 3º Hermetiza-se, em segunda instância, implicitando passagens do raciocínio, sincopando explicações de teor pedagógico, condensando demonstrações, reduzindo, enfim, a extensão do texto a um quinto ou um décimo do normal; 4º Hermetiza-se, em terceira instância, adensando o texto matemático com hipóteses adicionais de complexidade teórica crescente, ainda que de menor adequação à realidade; 5º Apura-se a elegância do escrito matemático, retirando toda a ganga literária que ainda reste e remetendo para notas de rodapé as citações que mergulhem em revistas da especialidade.” (Miguel Cadilhe)

E tudo isto se passa ao arrepio da sábia lição de Popper, para quem “procurar a simplicidade e a clareza de raciocínio é um dever moral de todos os intelectuais” e para quem “a falta de clareza é um pecado.” Muitas são as vozes, com efeito, que acusam os economistas matemáticos de praticar “o culto da ininteligibilidade, o culto da linguagem difícil (high-sounding language)”, a tal ponto que o “jogo tradicional consiste em exprimir as maiores trivialidades em linguagem difícil (high-sounding language)” (as palavras são de Popper). Jogar este ‘jogo’ de mistificação e de obscurantismo (encobrendo ideias simples e claras por detrás da roupagem vistosa de artifícios matemáticos complexos e cada vez mais inacessíveis) transformou-se no caminho mais seguro para se conseguir a publicação dos trabalhos de investigação em revistas consagradas e para se alcançar ‘sucesso’ nas carreiras

acadêmicas, até porque o "invisible college" da profissão foi ficando cada vez mais dominado pelos 'economistas matemáticos'.

A este propósito conta Hutchison uma história de espantar, a que chama "Fox phenomenon". Que fenómeno é este? Segundo *The Times* de 9.6.1980, um tal Dr. Fox proferiu, em três ocasiões diferentes, conferências destinadas a psicólogos e a outros especialistas em ciências sociais, conferências para as quais elaborou textos *deliberadamente non sense*. No final, todos os ouvintes declararam que as conferências tinham sido muito claras e estimulantes. E o articulista conclui que os investigadores que quiserem causar impressão junto dos seus colegas deverão escrever textos pouco inteligíveis.

Esta história passada com psicólogos poderia muito bem ter-se passado com economistas. Numa "carta a um jovem economista" (*Economic Affairs*, Janeiro/1983), Alan Prest comenta: "Você descobrirá rapidamente que a sua situação e o seu estatuto progredirão em proporção geométrica da não-pertinência e da obscuridade dos seus ditos e dos seus escritos."

Mas o mais grave é que a pretensa 'revolução matemática' na Economia acabou em inversão ou 'subversão' de papéis: em vez de ser o objecto da ciência económica a condicionar as técnicas utilizadas, foi a técnica matemática que acabou por condicionar a substância e o conteúdo da análise económica e do conhecimento económico, percorrendo caminhos que têm semeado a desilusão, às vezes de forma dramática, em grande número de economistas que utilizam a matemática, incluindo alguns dos mais ilustres.

Maurice Dobb lamenta que muitos economistas, procurando salvar a ciência económica do 'partidarismo', a reduzam a uma *técnica matemática, puramente formal*. "Por este caminho poderão, sem dúvida, levar a sua ciência a uma pureza de claustro; mas fã-lo-ão evadindo-se às questões que

eram a razão de ser da Economia Política, pelo menos na sua forma clássica, sem as resolverem.”

F. Hahn, Presidente da *Econometric Society*, não hesita em escrever, a este propósito, que a situação actual da ciência económica “é um estado de coisas insatisfatório e algo desonesto.”

Outro dos mais importantes economistas matemáticos, Wassily Leontief (o primeiro economista a trabalhar com computadores, o inventor da análise matemática *input-output*, Prémio Nobel da Economia em 1973), manifestava, na *Presidential Address* de 1970 à *American Economic Association*, a sua crescente preocupação com o facto de os economistas trabalharem com uma ‘realidade’ imaginária, hipotética, em vez de se aterem à realidade observável. E denunciava o ‘processo darwiniano’ que, através da selecção do pessoal académico, contribui grandemente para a perpetuação deste estado de coisas, promovendo os economistas ‘puros’ e afastando os ‘impuros’, aqueles que não se conformam com os cânones dominantes.

Leontief critica o processo de selecção académica que leva a que “os economistas mais jovens, particularmente os que estão empenhados no ensino e na investigação académicos, pareçam satisfeitos com uma situação em que podem demonstrar o seu valor (e, incidentalmente, avançar nas suas carreiras) construindo modelos matemáticos cada vez mais complicados e inventando métodos de inferência estatística cada vez mais sofisticados sem nunca se terem comprometido com a investigação empírica.”

Numa carta à revista *Science* (Julho/1982), publicada sob o título *Academic Economics*, Leontief denuncia o apertado controlo exercido pelos membros titulares dos mais importantes departamentos de Economia dos EUA sobre “a preparação, a promoção e as actividades de investigação dos membros das Faculdades.” Quanto aos “métodos utilizados para manter a disciplina intelectual nos mais influentes

departamentos de Economia deste país”, Leontief não esconde que eles “podem ocasionalmente recordar os utilizados pelos Marines para manter a disciplina em Parris Island.”

Na mesma carta à revista *Science*, Leontief critica amargamente o “esplêndido isolamento” da “economia académica”: “Ano após ano, os economistas teóricos continuam a produzir grandes quantidades de modelos matemáticos e a explorar com grande pormenor as suas propriedades formais; e os econometristas fornecem funções algébricas de todos os modelos possíveis para, essencialmente, os mesmos conjuntos de dados sem serem capazes de avançar, em nenhum sentido perceptível, uma compreensão sistemática da estrutura e das operações de um sistema económico real.”

O desencanto de Leontief é de tal ordem que este Prémio Nobel da Economia decidiu deixar de publicar os seus estudos em revistas especializadas em Economia.

Alguns são mais radicais, ao menos na linguagem. Robert Kuttner sustenta que as escolas de Economia “estão em vias de produzir uma geração de sábios idiotas, brilhantes em matéria de matemáticas esotéricas, mas desprovidos de qualquer ideia sobre a vida económica real.” E Alan Abouchar, Professor da Universidade de Toronto, escreve o seguinte comentário: “A matemática é muitas vezes chamada a ‘rainha e a serva das ciências sociais’. O modo como dela abusaram os economistas poderia levar alguns a acrescentar que a essas duas funções a matemática junta a prática do que nós designamos correntemente ‘a mais velha profissão do mundo’.” Outros são mais reflexivos e talvez mais certos. Christian Stoffaës defende que “a economia contemporânea tem mais necessidade de filósofos do que de econometristas.” Por mim, suspeito que ele é capaz de ter razão.

4. — Em jeito de síntese

A *tentação cientista* (o *desvio cientista*), ao procurar afastar a ‘ciência económica’ da Economia Política clássica enquanto “ramo da filosofia social”, acabou por transformar-se numa armadilha, enredando a disciplina nas malhas de uma “concepção absolutista” de efeitos por vezes perversos, na óptica do seu próprio desenvolvimento enquanto ciência. Para remediar a dificuldade (ou impossibilidade) de experimentação ao natural, foram concebidos modelos de simulação matemática, que se considera representarem o funcionamento real da economia. A elegância e a virtuosidade dos modelos matemáticos levaram os economistas a sucumbir ao fascínio por eles exercido, acabando por ficar prisioneiros de técnicas que se vão refinando cada vez mais, porque isso é *a good game* (Hicks), a um ponto tal que o desencanto acerca dos resultados atinge, como acabamos de ver, alguns dos seus mais qualificados cultores.

A ciência económica —como as demais ciências— recorre à *abstracção*, utiliza *modelos* que *simplificam* a realidade para afastar pormenores sem importância e pôr em relevo os aspectos significativos da questão em análise. E é certo que simplificar é sempre falsificar. No entanto, nas palavras de Paul Valéry, se é verdade que “tudo o que é simples é falso”, também é verdade que “é inutilizável tudo o que não o é.”

É importante compreender, por outro lado, que esta propensão da Economia para abstrair da realidade não resulta de um qualquer gosto especial dos economistas em parecerem absurdos ou em procurarem o absurdo. Esta propensão resulta da enorme complexidade da vida económica, das relações económicas e de todo o tecido institucional que as envolve, sempre em processo de mudança.

Mas é igualmente importante ter sempre presente as limitações que daqui decorrem. A falta de consciência disto mesmo pode levar a um divórcio entre o *mundo da Economia*

e o *mundo dos homens*, com risco de o homem deixar de ser o princípio e o fim da Economia enquanto ciência social. Vale a pena, por isso, seguir o conselho de Maurice Dobb: "Não parece ser uma regra má, em matéria tão cheia de problemas práticos e complexos como a Economia Política, a de manter os pés firmemente plantados na terra, ainda que à custa de certa elegância lógica de definição e de precisão na formulação algébrica, tão impressionante, apesar de frequentemente responsável por erros."

Creio que só esta atitude 'descontraída' em relação ao rigor de um *cientismo infalível* pode ter em conta as limitações que caracterizam a análise económica, decorrentes do facto —salientado pela generalidade dos autores— de ter de recorrer com frequência ao *as if approach* e de as suas proposições estarem sempre sujeitas à *condição coeteris paribus*. Não ter isto presente pode colocar os economistas perante situações que, de forma inconsequente, escondem muita incapacidade por detrás de alguma 'fanfarronice'. Ocorre lembrar, a este propósito, uma 'história' contada por Baumol/Blinder e por M. Blaug. A 'história' é esta. Três pessoas (um químico, um físico e um economista) encontraram-se numa ilha deserta. Tinham abundância de latas com alimentos de conserva, mas não tinham instrumentos para abrir as latas. Perante a situação, o químico sugeriu que acendessem uma fogueira e pusessem as latas ao lume, esperando que a dilatação do seu conteúdo as fizesse rebentar. O físico preferiu outra solução e propôs que construíssem uma catapulta com a qual pudessem atirar as latas contra umas pedras próximas, esperando que elas abrissem com o embate. Chegada a vez de o economista se pronunciar, 'resolveu' o problema desta maneira: "Suponhamos que temos um abre-latas..."

Por minha parte, creio que releva de um certo *infantilismo* (ou *doença infantil*) a pretensão das ciências sociais e humanas e, nomeadamente, da Economia Política em se assumirem

como 'científicas' tal como o são as ciências ditas exactas ou ciências da natureza.

A Economia Política corre graves riscos se 'esquecer' que é uma ciência social, se fizer de contas que, por detrás dos fenómenos e dos processos que nela se estudam, não estão sempre os homens, os homens de carne e osso, os grupos e as classes sociais, as várias formas de organizações criadas pelos homens, as nações e os estados, e se 'esquecer' que o homem deve estar no centro das suas preocupações enquanto ciência, mas está também, necessariamente, no início e no fim do processo de investigação e de conhecimento científico.

J. Stuart Mill já tinha advertido para que "não pode ser bom economista quem for apenas economista." E Keynes partilhava sem dúvida deste ponto de vista. Basta atentar no retrato que ele faz do *economista perfeito*, quando fala de Alfred Marshall: "o economista perfeito deve possuir uma rara *combinação* de predicados. Deve atingir um elevado padrão em várias direcções diferentes e deve combinar talentos que não se encontram juntos muitas vezes. Ele tem que ser, de algum modo, matemático, historiador, homem de estado, filósofo. Deve contemplar o particular em termos do geral, e tocar o abstracto e o concreto na mesma linha de raciocínio. Deve estudar o presente à luz do passado, tendo em vista o futuro. Nenhum aspecto da natureza humana ou das suas instituições deve ficar inteiramente fora da sua observação. Deve ser simultaneamente comprometido e desinteressado; tão distante e incorruptível como um artista, embora por vezes tão próximo da terra como um político."

Seguindo a lição de Jean Marchal, penso que a ciência económica tem de abandonar o 'mundo' a que a conduziu a *teoria pura*. Porque "esse mundo não é o dos homens." É preciso uma ciência económica que se ocupe do "homem total", uma ciência que aspire a ser, como todas as ciências sociais, "uma visão global do homem." (Fernand Braudel)

A Economia Política, enquanto ciência social, não deve reduzir-se à assepsia da *teoria pura*, “impressionante pela sua lógica sem falhas”, mas que “descure importantes factores humanos, factores que só se apreendem de perto e que não se deixam comodamente pôr em equação” e que dá por vezes “a sensação de um deserto de pedras e de gelo, de um mundo sem homens.” Como Jean Marchal —a quem pertencem as palavras que acabo de citar—, penso que é de rejeitar uma perspectiva que “substitui o homem verdadeiro pelo *homo oeconomicus* simplificado e o estudo sociológico e histórico por uma investigação de pura lógica aplicada às coisas económicas”, perseguindo o ideal de “uma ciência económica que aspira, como a economia marxista, a abarcar o homem total, mas que, em conformidade com a tradição saída do Renascimento, queira encarar os fenómenos sem preconceitos.”

A ciência económica pressupõe sempre, a meu ver, uma determinada *concepção do homem*. O que acontece é que a nossa disciplina nunca elaborou o enquadramento filosófico deste seu pressuposto implícito. Antes da revolução científica e da revolução industrial —antes, portanto, do desenvolvimento da Economia Política como ciência autónoma—, a filosofia e a teologia ocupavam-se do homem na sua totalidade. Mas aquelas ‘revoluções’ e o desenvolvimento da Economia Política relegaram para um plano secundário a importância da reflexão teológico-filosófica, a única capaz de abranger em toda a dimensão a problemática da *natureza humana*.

Mais uma razão, a meu ver, para que a ciência económica, enquanto ciência social, se assumia como “um ramo da filosofia social”, assumindo o homem na sua verdadeira e única dimensão, a de “pessoa confrontada com escolhas morais”. Na síntese de Walter Weisskopf, “os economistas podem tornar-se de novo mais interessados na

sabedoria do que na *análise quantitativa*. A sua imagem de homem pode então mudar de uma estrutura matemática para uma pessoa humana real com liberdade limitada, guiada pelo sentimento moral e pela constelação dos padrões morais.”

Entendo que a Economia Política não deve confundir-se com uma ‘técnica’ e muito menos com uma técnica esotérica. E partilho inteiramente a postura de Siro Lombardini ao apresentar-se como “economista que não acredita que os problemas da economia possam ser resolvidos pela economia técnica.”

As realidades económicas, o processo económico em toda a sua complexidade, devem ser analisados no contexto social, político e jurídico em que se inserem. Como se escreve no livro editado pela UNESCO sobre a ciência económica, “temos a convicção de que, para enfrentar as realidades futuras, os economistas deverão fazer entrar elementos sócio-económicos, no sentido mais lato do termo, na corrente principal da investigação teórica. A ciência económica deve tornar-se uma ciência mais social, que não é mais do que a economia política no sentido próprio desta expressão.”

Com Gunnar Myrdal, penso que “a ciência económica tem sido ao longo de dois séculos a ciência ‘política’, no sentido próprio desta palavra.” E, na medida em que a *Economics* se tenha afastado desta perspectiva, defendo que ela deve assumir-se de novo como Economia Política, “com os seus aspectos normativos concretamente especificados e as suas estratégias claramente definidas”, como defende também Shigeto Tsuru.

Termino servindo-me da síntese de Joan Robinson e de John Eatwell: “a ciência económica tem três aspectos ou funções:

- tentar compreender como funciona a economia,
- fazer propostas para a melhorar
- e justificar o critério pelo qual a melhoria é julgada.”

Com estes autores, creio que “o critério definidor daquilo que é desejável envolve necessariamente juízos morais ou políticos.” Entendo igualmente que “a ciência económica nunca pode ser uma ciência perfeitamente ‘pura’, não penetrada de valores humanos.” E penso que “os pontos de vista morais ou políticos através dos quais são vistos os problemas económicos se tornaram, frequentemente, tão inextricavelmente entrelaçados com as questões postas, e mesmo com os métodos de análise utilizados, que nem sempre é fácil distinguir aqueles três elementos da Economia Política.”

(Página deixada propositadamente em branco)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABOUCAR, Alan — "Through the (Economics) Glass Darkly", em *Problèmes Économiques*, n° 2 194, 10.10.90, 1-6.
- AGUIAR, Joaquim — "Para uma análise sistémica da produção de teorias nas ciências sociais: o caso da economia política", em *Análise Social*, n° 35/36, Vol. IX, 1972, 689-789.
- ALBELDA, Randy, Christopher GUNN and William WALLER (eds.) — *Alternatives to Economic Orthodoxy*, M. E. Sharpe, N. York, 1987.
- ALMEIDA, Aníbal — "Prelúdio a uma Reconstrução da Economia Política", Separata do *Boletim de Ciências Económicas*, FDUC, Coimbra, 1989.
- ATKINSON, Lloyd C. — *Economics — The Science of Choice*, Richard D. Irwin Inc., Homewood, 1982.
- BAUMOL, William and Alan BLINDER — *Economics: Principles and Policy*, 5ª ed., Harcourt Brace Jovanovich, N. York, 1991.
- BLAUG, Mark - [1] - *História do Pensamento Económico* (2 vols.), trad. port. da 5ª ed. inglesa (1985) de *Economic Theory in Retrospect* (1ª ed., 1961), Dom Quixote, Lisboa, 1989/1990;
- [2] — *A Metodologia da Economia*, trad. port. da 2ª ed. inglesa (1992), Gradiva, Lisboa, 1994 (1ª ed. ing., 1980);
- [3] — *Economic Theories, True or False? — Essays in the History and Methodology of Economics*, Edward Elgar, Aldershot, 1990.
- BOULDING, Kenneth — *Towards a New Economics — Critical Essays on Ecology, Distribution and Other Themes*, Edward Elgar, Aldershot, 1992.
- BOWLES, Samuel — "Economists as servants of Power", em *The American Economic Review — Papers and Proceedings*, Vol. LXIV, n° 2, Maio/1974, 129 - 132.
- BRENNAN, H. G. and A. M. C. WATERMAN (eds.) - *Economics and Religion: Are They Distinct?*, Kluwer Academic Publishers, Boston, 1994.
- BROCHIER, Hubert — "Les besoins humains", em *Esprit*, Dez/1969, 870ss.
- BROCKWAY, George P. — *The End of Economic Man (Revised)*, W. W. Norton & Co., N. York, 1993.

- BÜRGENMEIER, Beat — *Socio-Economics: An Interdisciplinary Approach (Ethics, Institutions, and Markets)*, Kluwer Academic Publishers, Boston, 1992.
- CADILHE, Miguel — "Matematismos (Reflexões sobre Matemática, Economia e Gestão)", em *Anuário de Economia Portuguesa — 1991*, Associação Portuguesa de Economistas.
- CALDWELL, Bruce — [1] — *Appraisal and Criticism in Economics: a Book of Readings*, Allen & Unwin, Londres, 1984;
- [2] — *Beyond Positivism: Economic Methodology in the Twentieth Century*, Allen & Unwin, Londres, 1984;
- [3] — *The Philosophy and Methodology of Economics* (3 vols.), Edward Elgar, Aldershot, 1993.
- CAPORASO, James A. and David P. LEVINE — *Theories of Political Economy*, Cambridge University Press, Cambridge (Mass.), 1992.
- CARPI, J. A. Tomas — *Poder, Mercado y Estado en el capitalismo maduro*, tirant lo blanch, Valência, 1992.
- CERRONI, Umberto — *Introduzione alla Scienza Sociale*, Editori Riuniti, Roma, 1976.
- CROUCH, Colin and David MARQUAND (eds.) — *Ethics and Markets: Co-operation and Competition within Capitalist Economies*, Blackwell Publishers, Oxford, 1993.
- DAHRENDORF, Ralf — *Ensaio sobre o liberalismo*, trad. port., Ed. Fragmentos, Lisboa, 1993.
- DASGUPTA, Amiya K. — *La teoria económica de Smith a Keynes*, trad. it., Il Mulino, Bolonha, 1987 (a 1ª ed. inglesa, *Epochs of Economic Theory*, é de 1985).
- DEANE, Phyllis — *Scope and Method of Economic Science*, em R. ALBELDA *et alii*, *ob. cit.*, 35-47.
- DENIS, Henri — [1] — *A formação da ciência económica*, trad. port., Livros Horizonte, Lisboa, s/d (1976?);
- [2] — *Logique hégélienne et systèmes économiques*, PUF, Paris, 1984.
- DESAI, Meghnad — "Men and Things", em *Economica*, vol. 53º, nº 209, Fev/1986, 1-10.
- DOBB, Maurice — [1] — *Economía Política y Capitalismo*, trad. cast., FCE, México, 1966 (1ª ed. ing., 1937);
- [2] — *Introdução à Economia*, trad. port., 2ª ed., Editorial Inquérito, Lisboa, s/d;
- [3] — *Economia do bem-estar e economia socialista*, trad. port., Europa-América, Lisboa, 1976;
- [4] — *Teorias do valor e da distribuição desde Adam Smith*, trad. port., Presença, Lisboa, 1977 (1ª ed. ing., 1973).

- DOPFER, Kurt (coord.) — *La economía del futuro — Hacia un nuevo paradigma*, trad. cast., FCE, México, 1978 (1ª ed. inglesa, 1976).
- ENGELS, Frederico — *Anti-Dühring*, trad. port., Edições Afrodite, Lisboa, 1971.
- ETZIONI, Amitai — *The Moral Dimension: Toward a New Economics*, The Free Press, N. York, 1990 (1ª ed., 1988).
- FREY, Bruno S. — *Economics as a Science of Human Behaviour (Towards a New Social Science Paradigm)*, Kluwer Academic Publishers, Boston, 1992.
- FRIEDMAN, Milton — *Essays in Positive Economics*, University of Chicago Press, 1953.
- FURTADO, Celso — [1] — *O Mito do Desenvolvimento Económico*, Ed. Paz e Terra, 3ª ed., Rio de Janeiro, 1974 (1ª ed., 1974);
- [2] — *Prefácio a Nova Economia Política*, Dinalivro, Lisboa, s/d (1977?).
- GALBRAITH, J. K. — [1] — *The Affluent Society*, The New American Library, 1958 (há trad. port., *A sociedade da abundância*, Sá da Costa, Lisboa, 1967);
- [2] — *The New Industrial State*, Hamish Hamilton, Londres, 1967;
- [3] — "Economics in the Industrial State: Science and Sedative. Economics as a System of Belief", em *The American Economic Review — Papers and Proceedings*, Vol. LX, nº 2, Maio/1970, 469-478;
- [4] — "Power and the useful economist", em *The American Economic Review*, Vol. LXIII, Março/1973, 1 - 11;
- [5] — *A Economia Política — Uma História Crítica*, trad. port., Europa-América, Lisboa, 1989 (1ª ed. am., 1987).
- GILL, Stephen and David LAW — *The Global Political Economy — Perspectives, Problems and Policies*, Harvester Wheatsheaf, Londres, 1988.
- GODELIER, Maurice — *Rationalité et irrationalité en économie*, Maspero, Paris, 1968.
- GORDON, Wendel and John ADAMS — *Economics as Social Science — An Evolutionary Approach*, The Riverdale Company, Riverdale, 1989.
- GRAY, John — *The Moral Foundations of Market Institutions*, IEA Health and Welfare Unit, Londres, 1992.
- GREEN, David G. — *The New Conservatism — The Counter Revolution in Political, Economic and Social Thought*, St. Martin's Press, N. York, 1987.
- GURLEY, John G. — "The State of Political Economics", em *The American Economic Review — Papers and Proceedings*, Vol. LXI, nº 2, Maio/1971, 53-61.
- HAUSMAN, Daniel M. — *The Inexact and Separate Science of Economics*, Cambridge University Press, 1994 (1ª ed., 1992).

- HAYEK, F. A. — [1] — “The Use of Knowledge in Society”, em *The American Economic Review*, Vol. XXXV, n° 4, Set/1945, 519-530;
- [2] — *Studies in Philosophy, Politics and Economics*, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1978 (1ª ed., 1967);
- [3] — *The Trend of Economic Thinking (Essays on Political Economists and Economic History)*, *The Collected Works of F. A. Hayek*, W. W. BARTLEY III and Stephen KRESGE (eds.), Vol. III, Routledge, Londres, 1991.
- HEILBRONER, Robert L. — [1] — “Economics as a ‘value-free’ Science”, em *Social Research*, Vol. 40, n° 1, 1973, 129-143;
- [2] — *Naturaleza y lógica del capitalismo*, trad. cast., Ediciones Península, Barcelona, 1990 (1ª ed. americ., 1985).
- HEY, John D. (ed.) — *The Future of Economics*, Blackwell Publishers, Cambridge (Mass.), 1992.
- HICKS, John — [1] — “‘Revolutions’ in Economics”, em S. LATSIS (ed.), *ob. cit.*, 207-218;
- [2] — “É a Economia uma ciência?”, em *Estudos de Economia*, Vol. V, n° 2, Jan — Março/1985, 131-142.
- HOGDSON, Geoff — *The Democratic Economy — A New Look at Planning, Markets and Power*, Penguin Books, Londres, 1984.
- HUNT, E. K. and J. G. SCHWARTZ (eds.) — *A Critique of Economic Theory*, Penguin Books, Londres, 1972.
- HUTCHISON, T. W. — [1] — “On the History and Philosophy of Science and Economics”, em S. LATSIS. (ed.), *ob. cit.*, 181-205;
- [2] — *The Politics and Philosophy of Economics*, Basil Blackwell, Oxford, 1981.
- KATOZUJIAN, Homa — *Ideology and Method in Economics*, MacMillan, Londres, 1980.
- KLEIN, Philip A. (ed.) — *The Role of Economic Theory*, Kluwer Academic Publishers, Boston, 1994.
- KUTTNER, Robert — “The Poverty of Economics”, em R. ALBELDA et alii, *ob. cit.*, 18-34.
- LAFAY, Jean — “Les économistes en auto-analyse”, em *Problèmes Économiques*, n° 2 109, 25.1.89, 29-32.
- LANGE, Oskar — *Economia Politica* (2 vols), trad. it., Editori Riuniti, Roma, 1970 (1ª ed. polaca, 1958).
- LARRÈRE, Catherine — *L’invention de l’économie au XVIII^e siècle*, PUF, Léviathan, Paris, 1992.
- LATSIS, Spiro (ed.) — *Method and Appraisal in Economics*, Cambridge University Press, 1980 (1ª ed., 1976).
- LEFEBVRE, Henri — *Sociologie de Marx*, PUF, Paris, 1966.

- LEONTIEF, Wassily — [1] — “Theoretical Assumptions and Nonobserved Facts”, *Presidential Address* à 83ª Reunião Anual da A.E.A. (29.12.1970), em *The American Economic Review*, Vol. LXI, 1971, 1-7;
- [2] — “Academic Economics”, em *Science*, Vol. 217, de 9.7.1982, 104-107.
- LOMBARDINI, Siro — *Il Metodo della Scienza Economica: Passato e Futuro*, UTET, Turim, 1983.
- MARCHAL, Jean — *Cours d'Économie Politique*, t. 1º, 4ª ed., Éd. Médicis, Paris, 1957.
- MARX, Karl — (1) Prefácio a *Para a Crítica da Economia Política*, em MARX/ENGELS, *Obras Escolhidas*, Edições Avante, Tomo I, 1982, 529ss;
- [2] — *Misère de la Philosophie*, trad. fr., Éditions Sociales, Paris, 1972.
- MEEK, Ronald — *Economía e Ideología*, trad. cast., Ariel, Barcelona, 1972 (1ª ed. inglesa, 1967).
- MEIER, Gerald — *Emerging from Poverty — The Economics that Really Matters*, Oxford University Press, N. York, 1984.
- MILIBAND, David — “The New Politics of Economics”, em CROUCH/MARQUAND, *ob cit.*, 21-30.
- MINI, Piero V. — “John Maynard Keynes e il ‘metodo’ in economia”, em *Rivista di Politica Economica*, Ano LXXVIII, Nov/1988, 1221-1238.
- MYRDAL, Gunnar — [1] — *Aspectos políticos da teoria econômica*, trad. bras., Zahar editores, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1985 (trad. da ed. inglesa, *The Political Element in the Development of Economic Theory*, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1961. A 1ª ed., em língua sueca, é de 1930);
- [2] — *Teoria Económica y Regiones Subdesarrolladas*, trad. cast., FCE, México, 1959;
- [3] — *Asian Drama: An Inquiry into the Poverty of Nations* (3 vols.), A Twentieth Century Fund Study, Random House, N. York, 1968;
- [4] — *Against the Stream*, MacMillan, Londres, 1974 (1ª ed., 1973);
- [5] — *A objectividade nas ciências sociais*, trad. port., Assírio & Alvim, Lisboa, 1976.
- NAPOLEONI, Claudio — [1] — *Dizionario di Economia Politica*, Edizioni di Comunità, Milão, 1956, artigo “Economia (Scienza)”;
- [2] — *A Teoria Económica no Século XX*, trad. port., Ed. Presença, Lisboa, 1973;
- [3] — *Fisiocracia*, Smith, Ricardo, Marx, trad. cast., Oikos-Tau, Barcelona, 1974 (a 1ª ed. it. é de 1973);

- [4] — *Curso de Economía Política*, 3ª ed., Oikos-Tau, Barcelona, 1977 (trad. cast. de *Elementi di Economia Politica*, La Nuova Italia Editrice, Florença, 1973);
- [5] — *O valor na ciência económica*, trad. port., Ed. Presença, Lisboa, 1980 (1ª ed. it., 1977).
- NELL, Edward — "Economics: The Revival of Political Economy", em R. ALBELDA *et alii*, *ob. cit.*, 89-103.
- NORTH, Douglass C. — "Structure and Performance: The Task of Economic History", em *Journal of Economic Literature*, Vol. XVI, Set/1978, 963-978.
- NUNES, Manuel Jacinto — "Hayek e o novo liberalismo", em *Diário de Notícias*, 18.2.1988.
- PATINKIN, Don — "Keynesian Monetary Theory and the Cambridge School", em *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review*, Junho/1972, depois reimpresso em H. G. JOHNSON and A. R. NOBAY (eds.), *Issues in Monetary Economics*, Oxford University Press, 1974.
- PERROUX, François — *Pouvoir et Économie*, Bordas, Paris, 1973.
- PLASSARD, Jacques — "L'emploi des mathématiques dans l'étude économique", em *Problèmes Économiques*, n° 2.194, 10.10.90, 6-10.
- QUESNAY, François — *Quadro Económico*, trad. port., F. Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1969.
- RIBEIRO, J. J. Teixeira — [1] — *Economia Política* (lições copiogr. ao 2º ano da FDUC), Coimbra, 1959;
- [2] — "Objecto da economia política", Separata do Vol. XXIII do *Boletim de Ciências Económicas*, Coimbra, 1980.
- RICARDO, David — *Princípios de Economia Política e de Tributação*, trad. port., F.C. Gulbenkian, Lisboa, 1975.
- ROBBINS, Lionel — [1] — *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science* (1ª ed., 1932), 2ª ed., MacMillan, Londres, 1935;
- [2] — *Politics and Economics (Papers in Political Economy)*, MacMillan, Londres, 1963;
- [3] — "On Latis's Method and Appraisal in Economics: A Review Essay", em *Journal of Economic Literature*, Vol. XVII, Set/1979, 996-1004;
- [4] — "Economics and Political Economy", em *The American Economic Review — Papers and Proceedings*, Vol. 71, n° 2, Maio/1981, 1-10.
- ROBINSON, Joan — [1] — *Economia Marxista*, trad. bras., Ed. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1960 (1ª ed. inglesa, 1942);
- [2] — *Economic Philosophy*, C.A. Watts & Co., Londres, 1962;
- [3] — *What are the Questions? and Other Essays (Further Contributions to Modern Economics)*, M. E. Sharpe, N. York, 1980;

- [4] — “Time in Economic Theory”, em *Kyklos*, Vol. 33, n° 2/1980, 219-229.
- ROBINSON, Joan and John EATWELL — *An Introduction to Modern Economics*, McGraw - Hill, Londres, 1972.
- ROTHSCHILD, Kurt W. — [1] — “Political Economy or Economics? — Some Terminological and Normative Considerations”, em *European Journal of Political Economy*, n° 5 (1989), 1-12;
- [2] — *Ethics and Economic Theory — Ideas, Models, Dilemmas*, Edward Elgar, Aldershot, 1993.
- SAMPELRO, José Luis — “De la tecnoeconomia a la economia estructural”, em *Estudios de Economia*, Vol. IV, n° 2, 1984, 185-198.
- SAMUELSON, Paul e William NORDHAUS — *Economia*, 12ª e 14ª edições, McGraw-Hill, Lisboa, 1988 e 1993.
- SAWYER, Malcolm C. — *The Challenge of Radical Political Economy — An Introduction to the Alternatives to Neo-Classical Economics*, Harvester Wheatsheaf, Londres, 1989.
- SCHUMPETER, Joseph — [1] — *Capitalism, Socialism and Democracy*, Allen & Unwin, Londres, 1943;
- [2] — “Science and Ideology”, em *The American Economic Review*, Vol. 39, n° 2, Março/1949, 345-359;
- [3] — *História del Análisis Económico*, trad. cast., Ariel, Barcelona, 1971 (1ª ed. americana, 1954).
- SEN, Amartya K. — “Rational Fools: A Critique of the Behavioral Foundations of Economic Theory”, em *Philosophy and Public Affairs*, 6 (1977), 317-344.
- SHERMAN, Howard — *Foundations of Radical Political Economy*, M. E. Sharpe, N. York — Londres, 1987.
- SMITH, Adam — *Riqueza das Nações*, trad. port. (2 vols.), F. Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981/1983.
- STANILAND, Martin — *What is Political Economy? A Study of Social Theory and Underdevelopment*, Yale University Press, New Haven, 1985.
- STIGLER, Georges — “The Politics of Political Economists”, em *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. LXXIII, n° 4, Nov/1959, 522-532.
- STOFFAËS, Christian — *A crise da economia mundial*, trad. port., Dom Quixote, Lisboa, 1991 (1ª ed. fr., 1987).
- SWEEZY, Paul — [1] — *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, trad. bras., Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1956 (é trad. da 4ª ed. americana; a 1ª ed. é de 1942);
- [2] — “Toward a Critique of Economics” (1ª versão, 1969), em *Modern Capitalism and Other Essays*, Modern Reader/Monthly Review Press, N. York, 1972, 53-63.

- TSURU, Shigeto — "Hacia una nueva economía política", em K. DOPFER, *ob. cit.*, 147-159.
- UNESCO — *A Ciência Económica*, texto elaborado por I. Sachs, trad. port. da 1ª ed. fr. de 1970, Livraria Bertrand, s/d (1972?).
- VACHET, André — *L'idéologie libérale — L'individu et sa propriété*, Anthropos, Paris, 1970.
- VERCELLI, Alessandro — *Keynes dopo Lucas. I fondamenti della macroeconomia*, NIS, Roma, 1987.
- WEEKS, John — *A Critique of Neoclassical Macroeconomics*, St. Martin's Press, N. York, 1989.
- WEISSKOPF, Walter A. — "The Image of Man in Economics", em *Social Research*, Vol. 40, nº 3/1973, 547-563.